



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO **ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO**

PACTO CONTRA A PRECARIZAÇÃO E PELO
EMPREGO E TRABALHO DECENTES EM SÃO
PAULO – CADEIA PRODUTIVA DAS
CONFECÇÕES

ZARA BRASIL LTDA.



26/07/2011 – Oficina de Costura localizada na RUA SOLDADO ALMIR BERNARDINO, 194 – PQ.
NOVO MUNDO, São Paulo-SP, sob gerenciamento de [REDACTED], costura peças da
ZARA



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



26 de julho de 2011. Trabalhadora peruana indocumentada, em oficina de costura sob gerenciamento de [REDACTED] – Av. Rudge 513 - Bom Retiro - São Paulo – SP – costura peças exclusivamente para a marca ZARA.



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO**

ÍNDICE

I. EQUIPE	PAG. 5
II. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADOR	PAG. 5
III. DADOS GERAIS DA OPERAÇÃO	PAG. 6
IV. RELAÇÃO DE TRABALHADORES RESGATADOS DA CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVOS – OFICINAS A SERVIÇO DE ZARA BRASIL LTDA - 26/07/2011	PAG. 7
V. RELAÇÃO DE AUTOS DE INFRAÇÃO LAVRADOS EM FACE DA EMPRESA ZARA BRASIL LTDA.	PAG. 7
VI. DO PACTO CONTRA A PRECARIZAÇÃO E PELO EMPREGO E TRABALHO DECENTES EM SÃO PAULO – CADEIA PRODUTIVA DAS CONFECÇÕES	PAG. 12
VII. ANTECEDENTES DA OPERAÇÃO – FLAGRANTE DE TRABALHO EM CONDIÇÕES ANÁLOGAS ÀS DE ESCRAVOS EM OFICINA DE COSTURA EM AMERICANA-SP, SOB GERENCIAMENTO DE [REDACTED] - A SERVIÇO DA ZARA	PAG. 13
VIII. PRIMEIRA ETAPA DA AUDITORIA FISCAL – AUDITORIA CONTÁBIL, MAPEAMENTO DE CADEIA PRODUTIVA E RECONHECIMENTO DAS OFICINAS DE COSTURA.	PAG. 26
IX. CONCLUSÕES DA PRIMEIRA ETAPA DA AUDITORIA FISCAL E PREPARAÇÃO DA SEGUNDA ETAPA	PAG. 53
X. SEGUNDA ETAPA DA AUDITORIA FISCAL – INÍCIO EM 26 DE JULHO DE 2011 E TÉRMINO 11 DE AGOSTO DE 2011	PAG. 54
XI. DAS OFICINAS DE COSTURA INSPECIONADAS	PAG. 55
XII. DAS CONDIÇÕES DEGRADANTES DE SEGURANÇA E SAÚDE DO MEIO AMBIENTE DE TRABALHO	PAG. 61
XIII. DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES ENCONTRADOS	PAG. 91



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO**

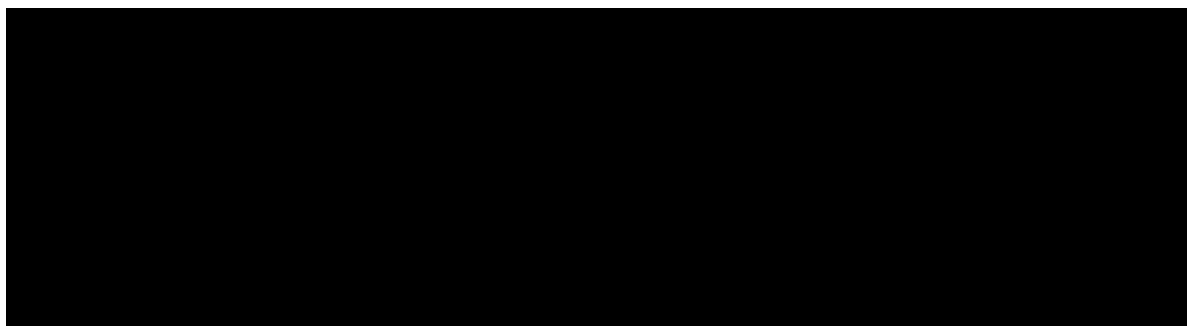
XIV. DO ALICIAMENTO – TRÁFICO DE PESSOAS E SERVIDÃO POR DÍVIDA	PAG. 93
XV. DO SISTEMA COLETIVO DE ALIMENTAÇÃO E MORADIA DOS TRABALHADORES - A CARACTERIZAÇÃO DA SERVIDÃO POR DÍVIDA - “TRUCK SYSTEM”	PAG. 95
XVI. JORNADA EXAUSTIVA E REMUNERAÇÃO VIL	PAG. 96
XVII. DA DISCRIMINAÇÃO PERPETRADA CONTRA OS TRABALHADORES INDÍGENAS DE ETNIA QUECHUA E AIMARÁ	PAG. 99
XVIII. DA ATIVIDADE ECONÔMICA EXPLORADA NAS OFICINAS VISITADAS	PAG. 102
XIX. DA TERCEIRIZAÇÃO ILEGAL – RESPONSABILIDADE DO TOMADOR DE SERVIÇOS	PAG. 106
XX. AUSÊNCIA DE CAPACIDADE PRODUTIVA DA EMPRESA AHA	PAG. 114
XXI. PORTE ECONÔMICO DA ZARA	PAG. 115
XXII. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA DA AHA E OFICINAS COM RELAÇÃO À ZARA	PAG. 116
XXIII. DUMPING SOCIAL	PAG. 119
XXIV. DAS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELA EQUIPE DE AUDITORES FISCAIS DO TRABALHO DA SRTE/SP	PAG. 120
XXV. RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA (RSC) NA REDE ZARA INTERNACIONAL	PAG. 122
XXV. CONCLUSÕES	PAG. 125



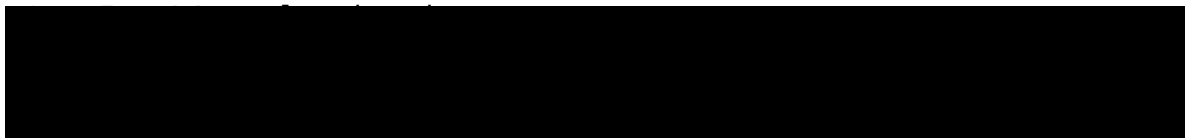
**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO**

I. EQUIPE

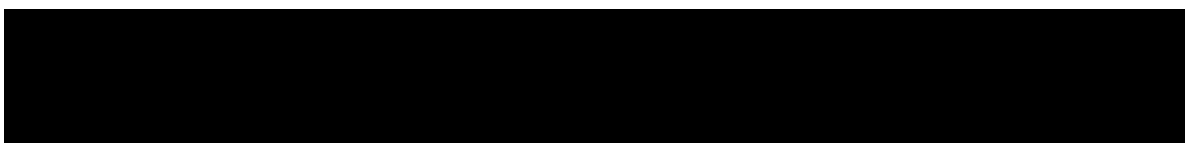
**Ministério do Trabalho e Emprego - Equipe Multidisciplinar de Auditores-
Fiscais do Trabalho da SRTE/SP – Programa de Erradicação do Trabalho
Escravo Urbano :**



**Secretaria de Estado da Justiça e Defesa da Cidadania de São Paulo -
Núcleo de Enfrentamento e Prevenção ao Tráfico de Pessoas – Equipe
Técnica:**



**Ministério da Justiça - Departamento de Polícia Federal – Serviço de
Repressão ao Trabalho Forçado – Agentes da Polícia Federal:**



II. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADOR

EMPREGADOR: Zara Brasil Ltda.

CNPJ: 02952485000491

CNAE:

ENDEREÇO: Av. Tamboré, 451 - Sítio Tamboré - Barueri – SP



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO**

III. DADOS GERAIS DA OPERAÇÃO

Período da ação: de 26 de julho a 12 de agosto de 2011.

Empregados alcançados: 15

- Homem: 9
- Mulher: 5
- Adolescente menor de 16 anos: 1 (sexo feminino).
- Adolescente de 16 a 18 anos: 0

Empregados registrados sob ação fiscal: 15

- Homem: 9
- Mulher: 5
- Adolescente: menor de 16 anos : 1
- de 16 a 18 anos: 0

Empregados resgatados: 15

- Homem: 9
- Mulher: 5
- Adolescente: menor de 16 anos: 1
- de 16 a 18 anos: 0.

Valor bruto da rescisão: R\$ 140.257,95

(Valor apurado como devido pela Inspeção do Trabalho)

Valor líquido recebido: R\$ 140.257,95

(Valor efetivamente pago aos trabalhadores)

Contribuições Previdenciárias sonegadas: R\$ 7.199,14

(Valor recuperado).

Contribuições Sociais e ao FGTS sonegadas: R\$ 16.361,75

(Valor recuperado).

Número de Autos de Infração lavrados: 48

Requerimentos de seguro-desemprego especial emitidos: 15

Número de CTPS emitidas: 9

Termos de Apreensão e Guarda: 02



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

Termo de Interdição: 02

Número de CAT emitidas: 0

IV. RELAÇÃO DE TRABALHADORES RESGATADOS DA CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVOS – Oficinas a serviço de Zara Brasil LTDA. – 26/07/2011.

	NOME	ADMISSÃO	DEMISSÃO
1		18/1/2011	26/7/2011
2		4/1/2011	26/7/2011
3		4/1/2011	26/7/2011
4		17/5/2010	26/7/2011
5		25/1/2010	26/7/2011
6		18/1/2011	26/7/2011
7		1/2/2010	26/7/2011
8		11/2/2011	26/7/2011
9		10/1/2011	26/7/2011
10		1/2/2010	26/7/2011
11		29/6/2011	26/7/2011
12		15/2/2011	26/7/2011
13		10/5/2008	26/7/2011
14		10/5/2008	26/7/2011
15		15/2/2011	26/7/2011

V. RELAÇÃO DE AUTOS DE INFRAÇÃO LAVRADOS EM FACE DA EMPRESA ZARA BRASIL LTDA.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

Autos de Infração Emitidos

Empregador: ZARA BRASIL LTDA.

CNPJ 02.952.485/0004-91

Nº do AI	Ementa	Descrição	Capitulação
1	02150578-0	000010-8 Admitir ou manter empregado sem o respectivo registro em livro, ficha ou sistema eletrônico competente.	art. 41, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.
2	02150579-9	001195-9 Adotar qualquer prática discriminatória e limitativa de acesso ao/ou manutenção do emprego por motivo de sexo, origem, raça, cor, estado civil, situação familiar ou idade.	art. 1ª da Lei nº 9.029, de 13.4.1995.
3	02150580-2	001398-6 Deixar de efetuar, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, o pagamento integral do salário mensal devido ao empregado.	art. 459, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
4	02150581-0	000001-9 Admitir empregado que não possua CTPS.	art. 13, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.
5	02150582-9	001429-0 Manter empregado com idade inferior a 18 (dezoito) anos prestando serviços em horários e locais que não permitam sua frequência à escola.	art. 403, parágrafo único, da Consolidação das Leis do Trabalho.
6	02150583-7	001431-1 Manter empregado com idade inferior a 18 (dezoito) anos em atividade nos locais e serviços insalubres ou perigosos, conforme regulamento.	art. 405, inciso I, da Consolidação das Leis do Trabalho.
7	02150584-5	001387-0 Deixar de conceder ao empregado férias anuais a que fez jus.	art. 129 da Consolidação das Leis do Trabalho.
8	02150586-1	001144-4 Manter mais de uma família de empregados na mesma unidade residencial.	art. 458, § 4º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
9	02150585-3	001144-4 Manter mais de uma família de empregados na mesma unidade residencial.	art. 458, § 4º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
10	02150587-0	000978-4 Deixar de depositar mensalmente o percentual referente ao FGTS.	art. 23, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.036, de 11.5.1990.
11	02150588-8	000016-7 Exceder de 8 (oito) horas diárias a duração normal do trabalho.	art. 58, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.
12	02150589-6	000018-3 Prorrogar a jornada normal de trabalho, além do limite legal de 2 (duas) horas diárias, sem qualquer justificativa legal.	art. 59, caput c/c art. 61, da Consolidação das Leis do Trabalho.
13	02150590-0	000035-3 Deixar de conceder período mínimo de 11 (onze) horas consecutivas para descanso entre duas jornadas de trabalho.	art. 66 da Consolidação das Leis do Trabalho.
14	02150591-8	000005-1 Deixar de anotar a CTPS do empregado, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do início da prestação laboral.	art. 29, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.
15	02150592-6	001138-0 Manter empregado trabalhando sob condições contrárias às convenções e/ou acordos coletivos de trabalho.	art. 444 da Consolidação das Leis do Trabalho.
16	02150593-4	112072-7 Manter expostas transmissões de força de máquina ou equipamento.	art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 12.9.1 da NR-12, com redação da Portaria nº 12/1983.
17	02150594-2	112072-7 Manter expostas transmissões de força de	art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 12.9.1

Data: 12/08/2011

Pg.: 1



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

Autos de Infração Emitidos

Empregador: ZARA BRASIL LTDA.

CNPJ 02.952.485/0004-91

Nº do AI	Ementa	Descrição	Capitulação
		máquina ou equipamento.	da NR-12, com redação da Portaria nº 12/1983.
18	02150595-0	124224-5 Deixar de dotar o alojamento de camas ou dotar o alojamento de camas inadequadas.	art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 24.5.18 da NR-24, com redação da Portaria nº 3.214/1978.
19	02150596-9	210044-4 Utilizar equipamentos, dispositivos ou ferramentas elétricas incompatíveis com a instalação elétrica existente ou deixar de preservar as características de proteção dos equipamentos, dispositivos ou ferramentas elétricas ou desrespeitar as recomendações do fabricante e/ou as influências externas de equipamentos, dispositivos ou ferramentas elétricas.	art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 10.4.3 da NR-10, com redação da Portaria nº 598/2004.
20	02150597-7	210042-8 Construir e/ou montar e/ou operar e/ou reformar e/ou ampliar e/ou reparar e/ou inspecionar instalações elétricas de forma que não garanta a segurança e a saúde dos trabalhadores e dos usuários ou deixar de providenciar a supervisão das instalações elétricas por profissional autorizado.	art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 10.4.1 da NR-10, com redação da Portaria nº 598/2004.
21	02150598-5	124014-5 Deixar de disponibilizar água quente nos banheiros.	art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 24.1.11, alínea "c", da NR-24, com redação da Portaria nº 3.214/1978.
22	02150599-3	124168-4 Deixar de manter os banheiros em bom estado de conservação, asseio e higiene.	art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 24.1.11, alínea "a", da NR-24, com redação da Portaria nº 3.214/1978.
23	02150600-0	210130-0 Deixar de executar o aterramento das instalações elétricas conforme regulamentação estabelecida pelos órgãos competentes ou deixar de executar o aterramento das instalações elétricas conforme normas internacionais, quando da inexistência de regulamentação estabelecida pelos órgãos competentes.	art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 10.2.8.3 da NR-10, com redação da Portaria nº 598/2004.
24	01981676-6	124158-3 Deixar de manter instalações sanitárias ou manter instalações sanitárias que não sejam separadas por sexo.	art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 24.1.2.1 da NR-24, com redação da Portaria nº 3.214/1978.
25	01981677-4	124010-2 Deixar de disponibilizar material para a limpeza, enxugo ou secagem das mãos no lavatório ou permitir o uso de toalhas coletivas no lavatório.	art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 24.1.9 da NR-24, com redação da Portaria nº 3.214/1978.
26	01981678-2	124199-0 Deixar de manter local adequado, fora da área de trabalho, para o consumo de refeições.	art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 24.3.15.1, alínea "a", da NR-24, com redação da Portaria nº 3.214/1978.
27	01981679-1	124242-3 Deixar de fornecer água potável em todos os locais de trabalho ou fornecer água potável em condições não higiênicas ou permitir o uso de recipientes coletivos para o consumo de água ou deixar de disponibilizar bebedouros de jato inclinado e guarda protetora ou manter dispositivo de fornecimento de água potável em pias ou lavatórios ou fornecer bebedouros em proporção inferior a uma unidade para cada 50 empregados.	art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 24.7.1 da NR-24, com redação da Portaria nº 3.214/1978.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

Autos de Infração Emitidos

Empregador: ZARA BRASIL LTDA.

CNPJ 02.952.485/0004-91

Nº do AI	Ementa	Descrição	Capitulação
28	01981680-4	124215-6 Manter dormitório com áreas dimensionadas em desacordo com o previsto na NR-24.	art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 24.5.2.2 da NR-24, com redação da Portaria nº 3.214/1978.
29	01981681-2	123084-0 Deixar de dotar o estabelecimento de extintores de incêndio portáteis, apropriados à Classe do fogo a extinguir.	art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 23.12.1 da NR-23, com redação da Portaria nº 3.214/1978.
30	01981682-1	117046-5 Utilizar assentos nos postos de trabalho em desacordo com o disposto na NR-17.	art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 17.3.3 da NR-17, com redação da Portaria nº 3.751/1990.
31	01981683-9	123001-8 Manter local de trabalho que não disponha de saídas em número suficiente para o abandono do local com rapidez e segurança, em caso de emergência ou manter local de trabalho cujas saídas sejam dispostas de modo que dificulte o abandono do local com rapidez e segurança, em caso de emergência.	art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 23.2 da NR-23, com redação da Portaria nº 3.214/1978.
32	01981684-7	107008-8 Deixar de submeter o trabalhador a exame médico admissional.	art. 168, inciso I, da CLT, c/c item 7.4.1, alínea "a", da NR-7, com redação da Portaria nº 24/1994.
33	01981685-5	107059-2 Deixar de garantir a elaboração e efetiva implementação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional.	art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 7.3.1, alínea "a", da NR-7, com redação da Portaria nº 24/1994.
34	01981686-3	109042-9 Deixar de elaborar e/ou de implementar o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais.	art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 9.1.1 da NR-9, com redação da Portaria nº 25/1994.
35	01981687-1	117010-4 Manter pedais ou outros comandos para acionamento pelos pés em desacordo com os requisitos estabelecidos no item 17.3.2 da NR-17 ou manter pedais ou outros comandos para acionamento pelos pés que não tenham posicionamento e/ou dimensões que possibilitem fácil alcance ou manter pedais ou outros comandos para acionamento pelos pés que não possibilitem ângulos adequados entre as diversas partes do corpo do trabalhador.	art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 17.3.2.1 da NR-17, com redação da Portaria nº 3.751/1990.
36	01981688-0	117053-8 Manter local de trabalho com iluminação inadequada à natureza da atividade.	art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 17.5.3 da NR-17, com redação da Portaria nº 3.751/1990.
37	01981689-8	218107-0 Instalar botijão de gás liquefeito de petróleo no ambiente da cozinha ou em área que não seja permanentemente ventilada e coberta.	art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 18.4.2.12.1, alínea "m", da NR-18, com redação da Portaria nº 04/1995.
38	01981697-9	210003-7 Deixar de manter esquemas unifilares atualizados das instalações, com as especificações do sistema de aterramento e demais equipamentos e dispositivos de proteção.	art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 10.2.3 da NR-10, com redação da Portaria nº 598/2004.
39	01981696-1	210046-0 Deixar de manter as instalações elétricas em condições seguras de funcionamento ou deixar de inspecionar e controlar periodicamente os sistemas de proteção das instalações elétricas, de acordo com as regulamentações existentes e definições de projetos.	art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 10.4.4 da NR-10, com redação da Portaria nº 598/2004.
40	01981693-6	210091-6 Deixar de dotar as áreas onde houver	art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 10.9.1 da NR-10, com redação da Portaria nº

Data: 12/08/2011

Pg.:3



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

Autos de Infração Emitidos

Empregador: ZARA BRASIL LTDA.

CNPJ 02.952.485/0004-91

Nº do AI	Ementa	Descrição	Capitulação
		instalações ou equipamentos elétricos de proteção contra incêndio e explosão.	598/2004.
41	01981692-8	210091-6 Deixar de dotar as áreas onde houver instalações ou equipamentos elétricos de proteção contra incêndio e explosão.	art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 10.9.1 da NR-10, com redação da Portaria nº 598/2004.
42	01981694-4	210130-0 Deixar de executar o aterramento das instalações elétricas conforme regulamentação estabelecida pelos órgãos competentes ou deixar de executar o aterramento das instalações elétricas conforme normas internacionais, quando da inexistência de regulamentação estabelecida pelos órgãos competentes.	art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 10.2.8.3 da NR-10, com redação da Portaria nº 598/2004.
43	01981691-0	210046-0 Deixar de manter as instalações elétricas em condições seguras de funcionamento ou deixar de inspecionar e controlar periodicamente os sistemas de proteção das instalações elétricas, de acordo com as regulamentações existentes e definições de projetos.	art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 10.4.4 da NR-10, com redação da Portaria nº 598/2004.
44	01981690-1	210003-7 Deixar de manter esquemas unifilares atualizados das instalações, com as especificações do sistema de aterramento e demais equipamentos e dispositivos de proteção.	art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 10.2.3 da NR-10, com redação da Portaria nº 598/2004.
45	01981698-7	117046-5 Utilizar assentos nos postos de trabalho em desacordo com o disposto na NR-17.	art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 17.3.3 da NR-17, com redação da Portaria nº 3.751/1990.
46	01981699-5	218107-0 Instalar botijão de gás liquefeito de petróleo no ambiente da cozinha ou em área que não seja permanentemente ventilada e coberta.	art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 18.4.2.12.1, alínea "m", da NR-18, com redação da Portaria nº 04/1995.
47	01981700-2	123084-0 Deixar de dotar o estabelecimento de extintores de incêndio portáteis, apropriados à Classe do fogo a extinguir.	art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 23.12.1 da NR-23, com redação da Portaria nº 3.214/1978.
48	01981276-1	001398-0 Manter empregado trabalhando sob condições contrárias às disposições de proteção ao trabalho.	art. 444 da Consolidação das Leis do Trabalho.



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO**

**VI. DO PACTO CONTRA A PRECARIZAÇÃO E PELO
EMPREGO E TRABALHO DECENTES EM SÃO PAULO –
CADEIA PRODUTIVA DAS CONFECÇÕES**

Com a finalidade de erradicar toda forma de trabalho precário do setor produtivo têxtil, prestado em condições de servidão ou de degradação do meio ambiente, a Inspeção do Trabalho no Estado de São Paulo vem liderando um processo de diálogo social desde 2007 no qual os diversos agentes sociais relacionados com esse tema têm a oportunidade de expressar seus pontos de vista, influenciando na tomada de decisões por parte das autoridades e também se comprometendo com a erradicação do trabalho precário em uma grande rede social. Esse processo de diálogo social culminou, em julho de 2009, com a ratificação do Pacto Contra a Precarização e Pelo Emprego e Trabalho Decentes em São Paulo – Cadeia Produtiva das Confeções, no qual onze das entidades participantes do processo de diálogo social comprometeram-se a, dentro de suas respectivas áreas de atuação, intensificar as ações no sentido de aumentar a proteção ao trabalhador migrante, dentro do princípio da igualdade consubstanciado na Constituição Federal de 1988.

Com o Pacto, a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em São Paulo assumiu o compromisso de intensificar as fiscalizações com o objetivo de identificar fraudes ao contrato de trabalho e buscar a sua regularização nos termos da legislação. A Fiscalização do Trabalho de São Paulo exerce, dessa maneira, seu papel de principal articulador social e garantidor dos direitos fundamentais do trabalhador, sem deixar de lado sua função orientadora e educadora. Busca-se, assim, aplicar os princípios do Trabalho Decente a um meio ambiente tradicionalmente exposto às mais rígidas e injustas condições impostas por um mercado completamente livre, desregulado, e no qual a informalidade é a principal característica e a desinformação, a principal ameaça aos direitos dos trabalhadores.

No decorrer do processo de diálogo social, por diversas vezes as comunidades de migrantes sulamericanos denunciaram a presença de trabalho análogo ao de escravo na cadeia produtiva das grandes magazines, pleiteando a sua inclusão no processo de concertação social. As grandes empresas varejistas foram convidadas a aderir ao Pacto no decorrer do primeiro semestre de 2009, por meio de sua associação ABVTEX – Associação Brasileira do Varejo Têxtil. As empresas compareceram na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em São Paulo, apresentaram termos de ajustamentos de conduta firmados com a Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região, no sentido de monitorarem sua cadeia produtiva de fornecedores, dentro do princípio da



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO**

Responsabilidade Social Corporativa, mas, no entanto, se negaram a ratificar os termos do Pacto, por meio da ABVTEX.

A Operação ora relatada foi realizada no âmbito do Pacto Contra a Precarização e Pelo Emprego e Trabalho Decentes em São Paulo – Cadeia Produtiva das Confeções.

VII. ANTECEDENTES DA OPERAÇÃO – FLAGRANTE DE TRABALHO EM CONDIÇÕES ANÁLOGAS ÀS DE ESCRAVOS EM OFICINA DE COSTURA EM AMERICANA-SP, SOB GERENCIAMENTO DE NARCISO ATAHUICHY CHOQUE - A SERVIÇO DA ZARA



24/05/2011 – imóvel em Americana/SP, onde funcionava oficina de costura e alojamento dos trabalhadores imigrantes bolivianos, muitos em situação indocumentada, sob gerenciamento de [REDACTED]

Em diligência conjunta com o Ministério Público do Trabalho – Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª. Região e Polícia Federal, realizada no dia 24/05/2011, uma equipe de Auditores-Fiscais do Trabalho da Gerência de Campinas/SP flagrou 52 trabalhadores imigrantes de nacionalidade boliviana, em oficina de costura localizada na Rua Orozimbo Machado 850 – Americana/SP, laborando em condições que se



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

assemelhavam à de escravos, pela manutenção de jornadas exaustivas de trabalho, de até 14 horas, e condições degradantes de trabalho, alimentação e alojamento.

Na oportunidade foram encontradas, em processo de confecção, peças de vestuário da marca ZARA, que estavam sendo costuradas por encomenda de fornecedor direto da ZARA BRASIL LTDA., cuja razão social é RHODES CONFECÇÕES LTDA., CNPJ 50.307.628/0001-02.



24/05/2011 – oficina de costura em Americana/SP, sob gerenciamento de [REDACTED]. Os trabalhadores, todos imigrantes bolivianos, confeccionam calças jeans para a marca ZARA, submetidos a jornadas de até 14 horas/dia.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



24/05/2011 – alojamento no mesmo imóvel em que funcionava oficina de costura em Americana/SP, sob gerenciamento de [REDACTED] – “cozinha” improvisada dentro de um dos dormitórios. É proibida a instalação de botijão de gás liquefeito de petróleo no ambiente da cozinha ou em área confinada, ou que não seja permanentemente ventilada. Armazenamento de alimentos no chão, junto a produtos de limpeza e pertences pessoais.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



24/05/2011 – alojamento e oficina de costura em Americana/SP, sob gerenciamento de [REDACTED]. Armazenamento de alimentos no chão. Risco de incêndio, com instalações elétricas improvisadas (“gatos”) em contato direto com carga combustível.



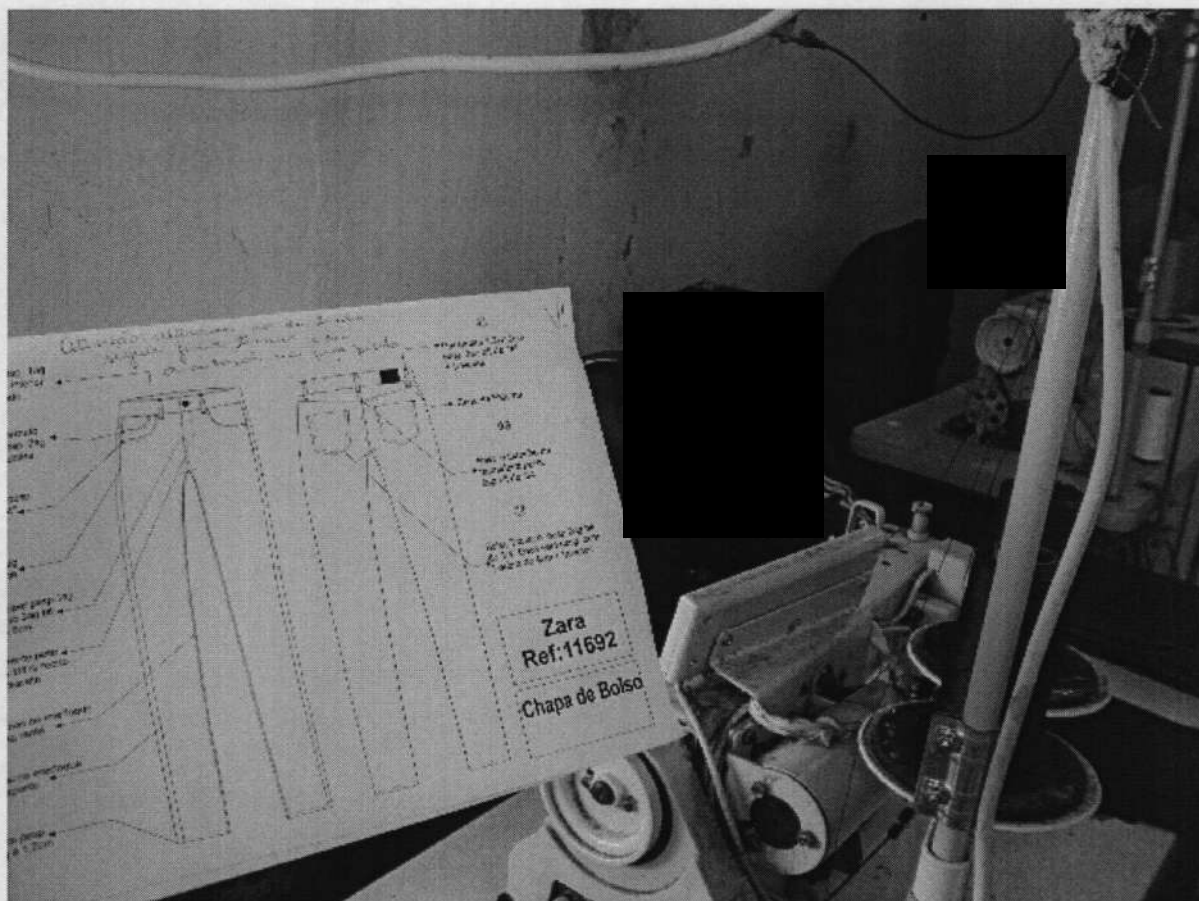
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



24/05/2011 – instalações elétricas improvisadas, com risco iminente de incêndio, em oficina de costura em Americana/SP, sob gerenciamento de [REDACTED].



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



24/05/2011 - oficina de costura em Americana/SP, sob gerenciamento de [REDACTED]. Detalhe da ficha técnica da peça que estava sendo costurada na oficina, sob encomenda da marca ZARA.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



24/05/2011 - oficina de costura em Americana/SP, sob gerenciamento de [REDACTED]. Peça que estava sendo costurada, sob encomenda da marca ZARA.

As precárias condições de trabalho e alojamento dos trabalhadores, verificadas *in loco*, levaram a equipe de Auditores-Fiscais do Trabalho e Procurador do Trabalho a exigir a rescisão indireta dos contratos de trabalho e quitação imediata das verbas rescisórias dos mesmos, o que foi feito pela intermediária RHODES CONFECÇÕES LTDA., e acompanhado pelos representantes de ambos os órgãos.

Paralelamente, os Auditores-Fiscais do Trabalho da Gerência Regional do Trabalho e Emprego em Campinas, responsáveis pela ação no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, comunicaram a ocorrência à equipe do Programa de Erradicação do Trabalho Escravo Urbano da Superintendência Regional do Trabalho em São Paulo, a quem compete o aprofundamento das investigações da cadeia produtiva abastecida pelas peças de vestuário confeccionadas nas condições descritas, e que podem ser caracterizadas como condições de trabalho similares às de escravos, com vistas a apurar eventuais responsabilidades, nas esferas trabalhista e administrativa, de atores econômicos situados em níveis superiores dessa mesma cadeia.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

Com efeito, a equipe fiscal da Gerência de Campinas já havia apurado que os lotes sob encomenda da ZARA BRASIL chegaram à oficina de Americana por transferência de outra empresa, fornecedora direta da ZARA, cuja razão social é RHODES CONFECÇÕES LTDA., CNPJ 50.307.628/0001-02, situada na Rua Itacolomi, 73, Jd. Ipiranga, Americana/SP. Esta fornecedora direta RODHES, por sua vez, não possuía capacidade produtiva completa para o fornecimento exigido pela ZARA, sendo assim, repassava as encomendas recebidas da ZARA para oficinas de costura localizadas em Americana/SP e adjacências. No endereço de Americana desta empresa RODHES, funcionava o centro de distribuição e logística. Na filial da empresa em São Paulo, Capital, funcionaria seu escritório, *show room* e setor comercial.

A Fiscalização apurou, ainda, junto à sócia da RODHES, [REDACTED] que a empresa mantém na filial de São Paulo uma gerente de produtos, Sra. [REDACTED], que atende os clientes para a definição do produto a ser confeccionado nas oficinas terceirizadas, e que os clientes, entre eles a ZARA, a partir de um produto base, informado pelo grupo da declarante, solicitam alterações de sua forma de facção ou acabamento. Que até aproximadamente 8 anos atrás, as detentoras de marca faziam todo o procedimento de especificação, fichas técnicas, definição de matéria-prima, molde etc. e repassavam prontos para as confecções produzirem; desde então, mesmo essas etapas passaram a ser transferidas para terceiros, em virtude dos mecanismos de mercado em que as margens financeiras são reduzidas; hoje, esse desenvolvimento do produto é feito em conjunto entre a confecção e o detentor da marca, sendo as tarefas de costura repassadas para as oficinas de costura. O que dá valor agregado aos produtos é a marca; e são os detentores das marcas que obtêm um grande faturamento; as empresas produtivas não detêm o *know-how* sobre desenvolvimento de marca para elevar seu valor agregado; por isso, ainda que produzam grandes quantidades, obtêm baixa rentabilidade.

A Zara Brasil encaminha pedido à Zara Espanha para que esta autorize o fornecedor de etiquetas da marca "ZARA/INDITEX" no Brasil a entregar as etiquetas à RODHES, que serão afixadas às peças fornecidas; a detentora da marca ZARA faz a homologação dos produtos confeccionados e todos os seus acessórios e elementos que foram integrados, somente podendo se utilizar na facção daquilo que foi autorizado pela ZARA; a planilha de custos de cada produto é aberto pela RODHES para a ZARA, que faz a opção entre manter a produção no Brasil ou optar pela importação de produtos com custos menores, a fim de manter, com o mesmo preço final ao consumidor, sua margem lucrativa. Ainda segundo a sr. [REDACTED], de qualquer modo, a ZARA busca garantir a qualidade de fabricação, fazendo inspeções nos locais de produção e gerando homologações aos fornecedores. A Zara propaga uma política de responsabilidade sobre a cadeia produtiva, inclusive com campanhas sobre responsabilidade no meio ambiente; essa qualidade ambiental também é apreciada pela detentora de marca quando inspeciona as fábricas e até mesmo orientam os fornecedores como proceder nessas questões; não existe cláusula contratual que implique a produção exclusivamente nos



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

estabelecimentos da RODHES; pelo contrário, os representantes da ZARA sabem que a RODHES terceiriza parte da produção.

As oficinas de costura terceirizadas, por sua vez, recebem por peça confeccionada, **segundo uma tabela pré-fixada de preços de fações de produtos, aplicada aos terceirizados**, conforme o tempo de sua produção; a RODHES abre ordens de serviço ao terceirizado com o valor de uma encomenda de produção; a confecção de uma calça gera ao oficinista terceirizado entre R\$ 5,50 e R\$ 9,00, ficando principalmente na faixa de R\$ 6,00 a R\$ 7,00; recebidas as peças dos terceirizados, são encaminhadas à lavanderia, também terceirizada; depois o produto ainda é acabado, embalado para entrega ao cliente; esse produto sai da RODHES por um valor entre R\$ 40,00 e R\$ 45,00, em média.



24/05/2011 - oficina de costura em Americana/SP, sob gerenciamento de [REDACTED]. Peça-piloto do lote que estava sendo costurado, com lacre de segurança da Zara Brasil Ltda.



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO**

Em 02/06/2011, equipe do Programa de Erradicação do Trabalho Escravo Urbano visitou a filial da empresa RODHES, situada na R. Sta. Justina, 34, Vila Olímpia, São Paulo – SP.



02/06/2011 – filial da RODHES, onde funciona o *show room* e o departamento comercial da empresa.

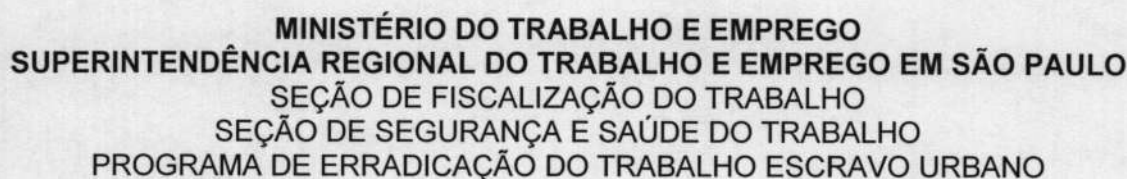


MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



02/06/2011 – filial da RODHES, em São Paulo, onde funciona o *show room* e o departamento comercial da empresa. Peça-piloto da ZARA aguarda encaminhamento para oficinas de costura.

No local, entrevistamos [REDACTED], gerente de produtos da RODHES, que afirmou que se reúne pelo menos uma vez a cada duas semanas com a gerente de produtos da ZARA, sra. [REDACTED], oportunidades em que lhe são passados o desenvolvimento, fazem as provas das peças criadas e são discutidos detalhes da pré-produção de cada peça da coleção ZARA. Afirmou que a aprovação final da peça deve ser feita pela matriz da ZARA, situada na Espanha, sem o qual, segundo suas palavras, não é dado o “*start*” para o início da produção da peça. Por este motivo, a Rodhes tem a obrigação de enviar à Espanha alguns exemplares de cada peça em vias de ser produzida. Nenhum detalhe da peça pode ser modificado sem a pré-aprovação da ZARA.



Nota fiscal de remessa de amostras para a ZARA/INDITEX – matriz, na Espanha.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

A “grade” de cada peça, ou seja, quantas peças de cada tamanho devem ser produzidas, também é definida pela matriz espanhola, bem como o preço máximo a ser repassado para a RODHES e o preço de venda nas lojas da ZARA, no Brasil. Nenhuma peça é produzida para a ZARA sem a prévia emissão do “PEDIDO OFICIAL”, em que constam essas informações de grade, preço e descrição da peça. A Rodhes mantém, ainda, uma coordenadora de facção, de nome [REDACTED] que acompanha a produção em cada faccionista com vistas a verificar o padrão de qualidade da produção.

As investigações preliminares, levadas a efeito na fornecedora RODHES, apontaram um total dirigismo da ZARA sobre todos os aspectos relevantes da produção das peças de vestuário que recebem a sua marca, e que serão, ao final, “compradas” por ela, de seus “fornecedores diretos”, para revenda em suas lojas próprias. Esta flagrante distorção do contrato de fornecimento, por si só, não representaria fraude a direitos sociais (precarização trabalhista) e econômicos (concorrência desleal), por se ajustar ao processo de produção da cadeia de vestuário que se convencionou nominar de *fast fashion*, em que grandes redes varejistas de roupas fracionam suas plantas produtivas por diversos fornecedores, inclusive em diversos países, para flexibilizar e agilizar seu processo produtivo. Contudo, as conclusões da Auditoria até esse momento apontaram a provável ocorrência de um padrão de conduta produtiva, controlado pela própria ZARA BRASIL LTDA / ZARA INDITEX ESPANHA, quanto ao abastecimento de suas peças de vestuário, que consistiria na contratação de fornecedores diretos sem capacidade produtiva comprovada, e subsequente transferência da produção para oficinas de costura que não dispunham de lastro trabalhista, idoneidade econômica ou mesmo constituição formal perante os órgãos públicos, com relevante suspeita de prática de dumping social. Tornou-se indispensável o aprofundamento das investigações, tanto para verificar eventual repetição daquela ocorrência em outros fornecedores diretos e oficinas terceirizadas, quanto para a coleta de mais subsídios que pudessem apontar para a responsabilidade da rede varejista na adoção desse padrão produtivo.

De posse dessas informações preliminares, esta equipe do Programa de Erradicação do Trabalho Escravo Urbano da Superintendência Regional do Trabalho deu início à auditoria na empresa ZARA BRASIL LTDA., que consistiu em duas fases distintas:

- 1) Pré-auditoria, auditoria contábil e *in loco* na sede da empresa ZARA, mapeamento da cadeia produtiva dos vestuários comercializados pela rede (fornecedoras diretas – confecções e oficinas de costura terceirizadas), reconhecimento da região onde se localizam as oficinas e identificação das prováveis condições em que o trabalho vem a ser realizado.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

- 2) Realização da Operação propriamente dita, para constatação física dos ambientes de trabalho de oficinas de costura com suspeitas de precariedade e informalidade, abastecendo a cadeia produtiva da rede varejista ZARA, resgate de trabalhadores porventura encontrados em situação análoga à de escravos e adoção de medidas emergenciais de proteção e reparação às vítimas.

Foram ainda cumpridos integralmente os procedimentos contidos na Portaria Mte n. 1153, de 13/10/2003, Portaria Mte n. 1, de 28/01/1997, IN n. 76 de 15/05/2009 e Resolução Condefat n. 306 de 06/11/2002. Durante a Operação, ocorreram a interdição das oficinas e o resgate dos trabalhadores. As situações encontradas enquadraram-se nas hipóteses de degradação do ambiente de trabalho e alojamento, de jornada de trabalho exaustiva, restrição à locomoção dos trabalhadores, servidão por dívida e retenção de salários, configurando trabalho análogo ao de escravo.

VIII. PRIMEIRA ETAPA DA AUDITORIA FISCAL – AUDITORIA CONTÁBIL, MAPEAMENTO DE CADEIA PRODUTIVA E RECONHECIMENTO DAS OFICINAS DE COSTURA.

Os objetivos da primeira etapa do trabalho foram: a identificação, por meio de auditoria fiscal e contábil, as operações de fornecimento e facção de costura (terceirização) realizadas pela ZARA e seus fornecedores diretos, com dados cadastrais dos prestadores de serviços (Nome/Razão Social; CPF/CNPJ; Endereço; documentos fiscais utilizados; quantidades produzidas e preços pagos, etc.), a fim de se apurar a ocorrência de trabalho em condições análogas às de escravo; análise da natureza e do nível de gerenciamento realizado pela ZARA nos demais componentes da cadeia produtiva das peças de vestuário por ela comercializados.

Visitamos a empresa ZARA no dia 15 de junho de 2011 e notificamos a empresa para apresentar a documentação contábil competente.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

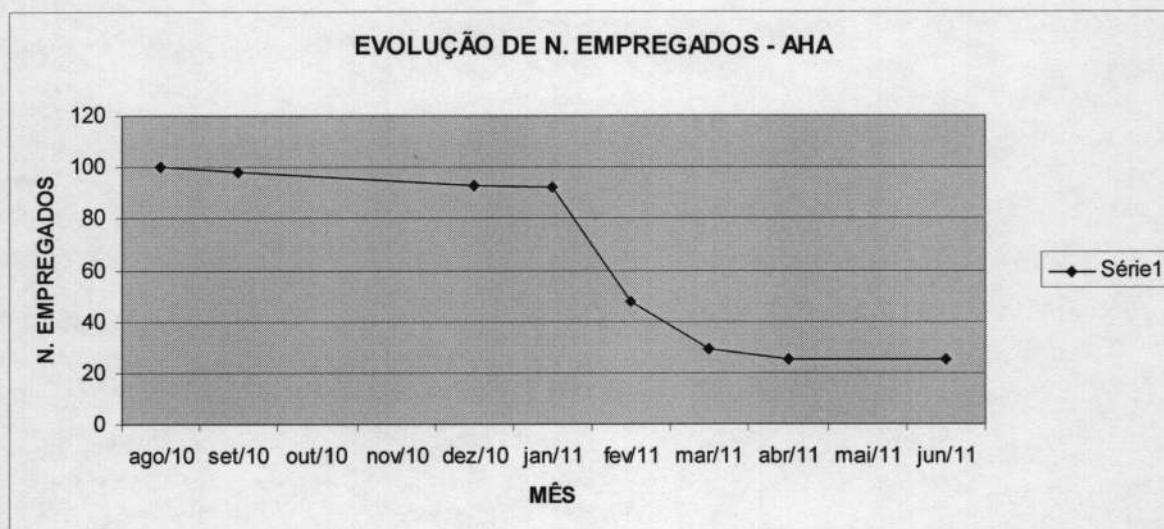


15/06/2011 – Centro de Distribuição da ZARA – Barueri/SP, onde também funciona o escritório central e Departamento de Produtos (setor de criação).

Da análise dessa documentação, observamos o perfil de outras empresas fornecedoras de vestuário para a ZARA. Chamou a atenção desta Auditoria a situação do fornecedor AHA INDÚSTRIA E COMERCIO DE ROUPAS LTDA., estabelecida na Rua Julio Conceição n. 776, Bom Retiro, São Paulo/SP. No curso do período auditado (jul/2010 a mai/2011) foi o fornecedor foi o que mais cresceu em nível de faturamento e número de peças de roupas faturadas para a ZARA, a ponto de se tornar seu maior fornecedor na área de tecidos planos. Curiosamente, no mesmo período, a mesma empresa apresentou forte declínio no número de empregados formalizados, partindo do nível de 100 (cem) funcionários para apenas 20 (vinte) (fonte: CAGED) :



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



Mais radical ainda foi a redução do número de trabalhadores na função de costureiros, que passou de 30 (trinta) para apenas 5 (cinco). Confrontando o incremento do fornecimento da AHA para a ZARA, no período, comparado com o *downsizing* de mão-de-obra formalmente contratada pela AHA, mormente costureiros, restou evidente a falta de lastro trabalhista desta fornecedora, justificando a necessidade de aprofundamento na investigação naquele fornecedor.

Ainda naquela altura, também restou claro o nível de dependência econômica daquele fornecedor para com a "comprador" ZARA, que no período de recorte (abril/11 a junho/11) alcançou 91%, praticamente apontando para a ocorrência de monopólio:



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



Em visita à sede da empresa AHA, apuramos que a disposição dos ambientes de trabalho e a alocação dos poucos empregados e setores existentes no prédio de 6 andares da AHA, na Rua Júlio Conceição, Bom Retiro, é toda organizada a partir de um *layout* direcionado à opção da empresa em não possuir costureiras próprias para a confecção das roupas da grife de seu maior “cliente” e facilitando a remessa e retorno das peças a serem confeccionadas pelos faccionistas.

A empresa funciona, na prática, como extensão de logística de sua cliente preponderante, ZARA BRASIL LTDA.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



25 de julho de 2011. Sede da AHA.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

AHA - R. Júlio Conceição	
Subsolo	
237	Garagem
Térreo	
215	Expedição
219	Portaria - [REDACTED]
1º andar	
213	Cad
214	Corte
2º andar	
206	[REDACTED]
209	[REDACTED]
3º andar	
224	[REDACTED]
221	[REDACTED]
4º andar	
102	[REDACTED]
207	Fax Recepção
208	[REDACTED]
225	[REDACTED]
233	[REDACTED] Marketing
231	[REDACTED]
235	Auxiliar Recepção
254	[REDACTED] Prod. Acabado
261	[REDACTED]
268	[REDACTED]
272	[REDACTED]
274	[REDACTED]
9 ou 201	Recepção
5º andar	
245	[REDACTED]
216	[REDACTED]
6º andar	
205	[REDACTED]
270	vago
212	[REDACTED]
220	[REDACTED]
227	Financeiro
230	[REDACTED]
234	[REDACTED]
239	[REDACTED] nanc
240	[REDACTED]
247	[REDACTED]
262	[REDACTED]
265	[REDACTED]
269	[REDACTED]
495	[REDACTED]
499	[REDACTED]

Loja Aha	
217	Estoque Aimorés
218	loja Aimorés - Balc
241	Loja Aimorés - Bal
242	[REDACTED]
243	[REDACTED]
244	Loja Aha - 1º and
260	[REDACTED]
223	Vendedoras

25 de julho de 2011. Sede da AHA. Distribuição das salas da empresa. Apesar de tratar-se de uma confecção, não existe área de produção (costura), que é toda "quarteirizada" para oficinas de costura. No detalhe, a sala do funcionário da AHA responsável pela gestão das oficinas de costura, sr. [REDACTED].



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

19/5/2011

TELEFONES DE OFICINAS DE COSTURA

OFICINAS	Contato	Especial.	Bairro/Região	Telefone	Telefone	STATUS
						ATIVA
						ATIVA
						ATIVA
						ATIVA
						ATIVA
						ATIVA
						ATIVA
						ATIVA
						ATIVA
						ATIVA
						ATIVA
						ATIVA
						ATIVA
						ATIVA
						ATIVA
						ATIVA
						ATIVA
						ATIVA
						ATIVA
						ATIVA
						ATIVA
						ATIVA
						ATIVA
						ATIVA
						ATIVA
						ATIVA



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO**

predominantemente de origem boliviana, a que compete a produção das peças de vestuário sob encomenda da ZARA. "[REDACTED]", nome que consta no alto da lista, vem a ser o responsável pelo gerenciamento das oficinas. No destaque, as duas oficinas que viriam a ser flagradas mantendo trabalhadores em condições análogas às de escravos.

EXPEDIÇÃO

Logo no térreo foi identificada a área de estoque e despacho da AHA.



25 de julho de 2011. Sede da AHA. Estoque e Expedição. Trabalhador carrega peças prontas da ZARA para envio ao Centro de Distribuição da Zara , em Barueri. Neste setor são entregues aos oficinistas as peças cortadas, para costura. Após finalização pelas oficinas, são recebidas em devolução, etiquetadas e embaladas, e remetidas ao Centro de Distribuição da ZARA BRASIL.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



25 de julho de 2011. Sede da AHA. Estoque e Expedição. Setor de etiquetagem e embalagem . Peças prontas da ZARA recebem etiquetas já com os preços ao consumidor, embaladas e preparadas para envio ao Centro de Distribuição da Zara , em Barueri.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



25 de julho de 2011. Sede da AHA. Estoque e Expedição. Peças prontas, já etiquetadas com preço ao consumidor, para envio ao Centro de Distribuição da Zara, em Barueri, e posterior redistribuição para sua cadeia de lojas.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



25 de julho de 2011. Sede da AHA. Estoque e Expedição. Trabalhadores acondicionam em caminhão as peças prontas da ZARA para envio ao Centro de Distribuição Zara , em Barueri.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



25 de julho de 2011. Sede da AHA. Área de Estoque e Expedição. No cartaz afixado nas paredes da área de expedição, os rígidos horários de recebimento das peças pelo Centro de Distribuição da ZARA, em Barueri. Sob diversos aspectos, a AHA demonstra funcionar como mero entreposto de sua maior "cliente"- ZARA BRASIL LTDA.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

Como se verifica no documento abaixo, "PROGRAMAÇÃO DE ENTREGAS" o setor de expedição da AHA funciona exclusivamente em função de seu cliente preponderante, ZARA.

AHA IND. COM. ROUPAS LTDA

Programação de Entregas

Dt Agendamento de 01/01/2010 a 31/12/2012 *
Data Original = TODAS * Dt Tecido P1 =
TODAS *

Emissão: sex-17/06/2011 08:09:08

Data Importação: sex-17/06/2011 07:35:44

Usuário: SALEZIO

7/8

Filtros: * Em Aberto = SIM *

21/08	09/08	111103005		X	8388207-SAIÁ DE SATIN C	ZARA		25/4111	1.206	TECIDO COMPRADO			ADAR-P.E - PEDIDO SIG
21/08	09/08	111104021		X	8388208-VESTIDO DE VOIL	ZARA		25/4112	525	TECIDO COMPRADO			FOCUS P.E-PEDIDO SIG
21/08	20/07	111106029		X	5658/062-BOLERO LAISE	ZARA		25/43999	1.282	TECIDO COMPRADO			
Total no dia									7.351				

Agendamento: segunda-feira, 22/08/2011

Orig	Tec	AmCil	Modelo	Descrição	Cliente	Comprador	Pedido	Ped.	Fase	Status	Envio	Rotor	Status Real
22/08	15/07	111104026		X	8388212-VESTIDO DE PIQ	ZARA		25/4116	1.050	TECIDO COMPRADO			* PEDIDO SIG
22/08	15/07	111104098		X	8388211-VESTIDO FLEX PI	ZARA		25/4115	583	TECIDO COMPRADO			DIDO SIG
22/08	15/07	111109013		X	8388227-SHORTS DE PIQU	ZARA		25/4142	2.823	TECIDO COMPRADO			PEDIDO SIG
Total no dia									4.456				

Agendamento: terça-feira, 23/08/2011

Orig	Tec	AmCil	Modelo	Descrição	Cliente	Comprador	Pedido	Ped.	Fase	Status	Envio	Rotor	Status Real
23/08	10/06	111101128		X	8388232-CAMISA LISTRAD	ZARA		25/4496	3.354	TECIDO EM CASA			SIG
Total no dia									3.354				

Agendamento: terça-feira, 30/08/2011

Orig	Tec	AmCil	Modelo	Descrição	Cliente	Comprador	Pedido	Ped.	Fase	Status	Envio	Rotor	Status Real
30/08	15/06	111101126		X	8388202-REGATA VOIL	ZARA		25/4045	8.927	TECIDO COMPRADO			FOCUS-VOIL * PEDIDO SIG
30/08	06/07	111101132		X	8388200-CAMISA DE VOIL	ZARA		25/4102	1.867	TECIDO COMPRADO			FOCUS-PEDIDO SIG
30/08	01/08	111101134		X	TUNICA	ZARA			1.600	TECIDO COMPRADO			
30/08	06/07	111101141		X	8388213-BLUSA VOIL DE V	ZARA		25/4117	631	TECIDO COMPRADO			FOCUS-PEDIDO SIG
30/08	15/08	111106024		X	8388230 - LEVITA LAISE	ZARA		25/4351	308	TECIDO COMPRADO			SELEZIONE/TECIDO SÓ CHEGA EM AGOSTO-PEDIDO SIG
Total no dia									13.233				

Agendamento: domingo, 11/09/2011

Orig	Tec	AmCil	Modelo	Descrição	Cliente	Comprador	Pedido	Ped.	Fase	Status	Envio	Rotor	Status Real
11/09	10/06	111101106		X	8388216-BLUSA DE POLIE	ZARA		25/4123	578	PEDIDO PENDENTE			TEXTIL SUÍÇA-PEDIDO SIG
Total no dia									578				

Agendamento: sexta-feira, 30/09/2011

Orig	Tec	AmCil	Modelo	Descrição	Cliente	Comprador	Pedido	Ped.	Fase	Status	Envio	Rotor	Status Real
30/09	03/05	111101032		X	8388205-BLUSA DE VOIL C	ZARA		25/4069	700	TECIDO COMPRADO			FOCUS-SELEZIONE/P.E-PEDIDO SIG
Total no dia									700				

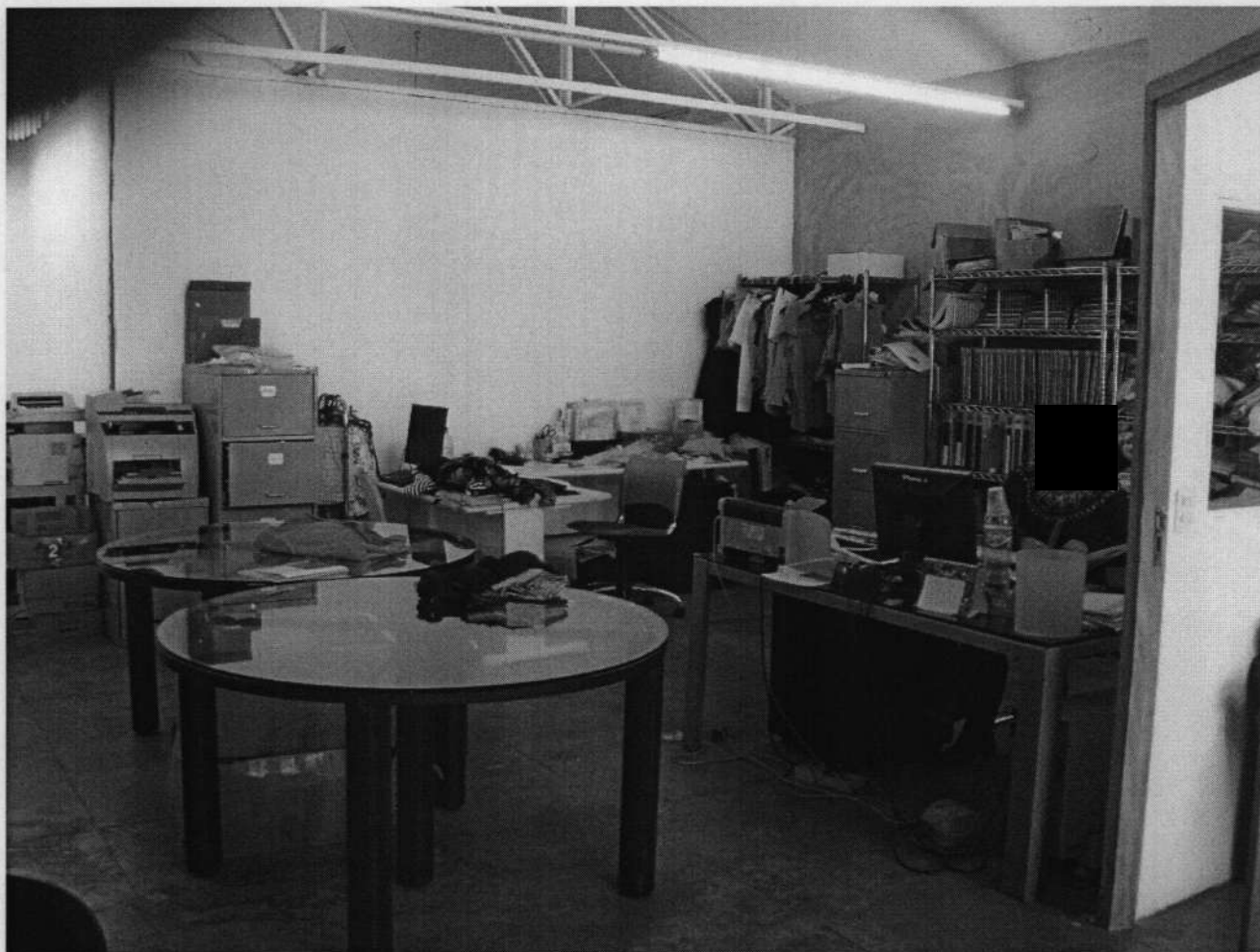
Agendamento: sábado, 01/10/2011

Orig	Tec	AmCil	Modelo	Descrição	Cliente	Comprador	Pedido	Ped.	Fase	Status	Envio	Rotor	Status Real
01/10	04/08	111106007		X	5653045-BLAZER LAISE	ZARA		25/43948	452	TECIDO COMPRADO			ADVANCE
01/10	01/08	111106013		X	5653047-BOLERO LAISE	ZARA		25/43948	420	TECIDO COMPRADO			ADVANCE



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO**

CRIAÇÃO



25 de julho de 2011. Sede da AHA. Área de Criação. No modesto espaço ocupado por duas funcionárias, verificou-se que são apenas MONTADAS peças-piloto a partir das fichas técnicas encaminhadas pela ZARA, não havendo propriamente, criação ou desenvolvimento de modelos.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

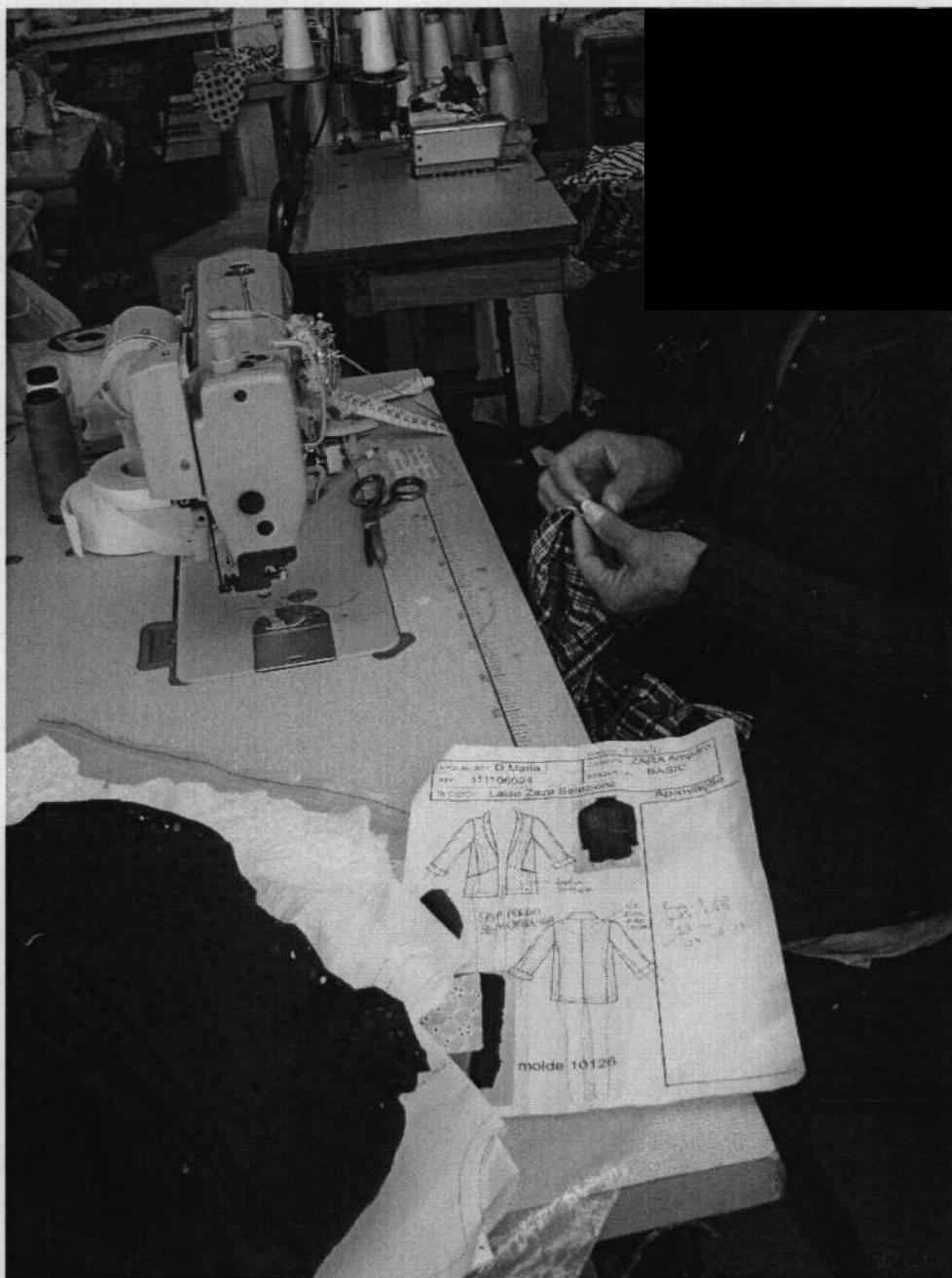


25 de julho de 2011. Sede da AHA. Área de Criação. A gerente de criação da AHA, [REDACTED], segura peça-modelo, encaminhada à AHA pela matriz espanhola da ZARA e confeccionada no Marrocos, para confecção de peça-piloto e reprodução no Brasil. A gerente [REDACTED] reporta-se diretamente à gerente de produtos da ZARA na área de tecidos planos, [REDACTED], e de malhas, [REDACTED]. Mesmo a escolha de tecidos, nos fornecedores, é feita pelo Departamento de Produtos da ZARA, e faturada para a AHA.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

PILOTAGEM



25 de julho de 2011. Sede da AHA. Área de Pilotagem. A sra. [REDACTED] foi a única costureira encontrada em atividade na AHA., confeccionando peça-piloto para reprodução pelas oficinas de costura, a partir de ficha técnica da ZARA. A AHA possui apenas costureiras-piloteiras.



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO**



25 de julho de 2011. Sede da AHA. Área de produção, desativada, em vista da demissão das costureiras e “terceirização” da produção para oficinas de costura externas.

Entrevistamos o sócio da empresa AHA, [REDAZIDO], e a gerente de criação da AHA, [REDAZIDO], que esclareceram detalhes da relação com a ZARA BRASIL. Além da aprovação final ser dada pela ZARA/INDITEX matriz, as peças aprovadas para produção devem obrigatoriamente ser enviadas à Espanha, pelo menos uma de cada cor no tamanho M, para que seja certificado pela empresa que a peça que foi aprovada confere com a peça confeccionada. Também para que a matriz da ZARA monte e fotografe as vitrines de cada coleção, para envio às lojas ZARA no Hemisfério Sul, e reprodução exata das mesmas.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

RECEBEREM OS PRODUTOS/SERVIÇOS CONSTANTES NA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO		NF-e Nº 000.007.203 SÉRIE : 1										
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR											
AHA IND. E COM. DE ROUPAS LTDA RUA JULIO CONCEICAO, 776 BOM RETIRO SAO PAULO SP TEL/FAX: 01133514144 CEP: 01126000		DANFE DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA 0 - Entrada 1 - Saída Nº 000.007.203 SÉRIE : 1 FOLHA: 1 de 1										
NATUREZA DA OPERAÇÃO REM. SIMPLES AMOSTRAS		CHAVE DE ACESSO 3511 0560 1548 4600 0108 5500 1000 0072 8310 4516 0313										
INSCRIÇÃO ESTADUAL 112276498115		CONSULTA DE AUTENTICIDADE NO PORTAL NACIONAL DA NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Seluz Autorizadora										
INSCRIÇÃO ESTADUAL SUB. TRIBUTARIA		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 135110266402466 - 2011-05-27T12:12:19										
		CNPJ 60.154.846/0001-08										
DESTINATÁRIO/REMETENTE												
NOME/RAZÃO SOCIAL INDITEX S.A CONO -SUR		CNPJ/CPF	DATA DA EMISSÃO 27/05/2011									
ENDEREÇO AVDA. DE LA DIPUTACION EDIFICIO IND		BAIRRO/DISTRITO EXTERIOR	CEP									
MUNICÍPIO EXTERIOR	FONE/FAX 34981185409	UF EX	INSCRIÇÃO ESTADUAL									
HORA DE SAÍDA 12:12:27												
FATURA/DUPLICATA												
CÁLCULO DO IMPOSTO												
BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO ICMS ST	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS								
0,00	0,00	0,00	0,00	22,00								
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR DO IPI								
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00								
VALOR TOTAL DA NOTA 22,00												
TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS												
RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA 0 - REMETENTE 1 - DESTINATÁRIO	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF								
0												
ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL									
QUANTIDADE 01	ESPÉCIE VOLUMES	MARCA	NÚMERAÇÃO	PESO BRUTO 1,800								
				PESO LÍQUIDO 0,000								
DADOS DO PRODUTO/SERVIÇO												
COD. PROD.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	NCM	EST	CICP	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	SCALE ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALÍQUOTAS ICMS (%)
A204	VESTIDO	62044200	000	7949	PC	4	2,0000	8,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A207	BLUSA	62046200	000	7949	PC	7	2,0000	14,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CÁLCULO DO ISSQN												
INSCRIÇÃO MUNICIPAL		VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS		BASE DE CÁLCULO DO ISSQN		VALOR DO ISSQN						
DADOS ADICIONAIS												
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES						RESERVADO AO FISCO						

Nota Fiscal de remessa de amostras de peças aprovadas, para a matriz da ZARA/INDITEX, na Espanha.

Restou claro à Auditoria que são determinados pela empresa ZARA o desenho da peça, as cores, as medidas, o modelo, o material a ser



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

utilizado, a quantidade a ser produzida, o preço de cada peça e o prazo de entrega, sob pena de descredenciamento. A ingerência é total. Todo esse processo de determinação de produção é conhecido no jargão da diretora de produtos da Zara, posteriormente por nós entrevistadas, sra. [REDACTED], como "passar o desenvolvimento", que se encontra sob a responsabilidade dos gerentes de produto.

Ficou evidenciado, ainda, que a AHA funcionava como mero braço de logística da ZARA, agindo como intermediária entre a varejista e as plantas fabris, que vem a ser oficinas de costura, gerenciadas, em sua grande maioria, por imigrantes bolivianos.

As operações fiscais (industrialização por conta de terceiros) praticadas pela AHA estão totalmente à margem da legislação brasileira, servindo apenas para mascarar a subordinação reticular a que os oficinistas quarterizados e seus "empregados" ou familiares estão submetidos. Tal subordinação reticular espelha o contrato-realidade que é o de emprego.

Da análise da situação trabalhista dessas oficinas, responsáveis pela confecção das roupas que, ao final do processo produtivo, serão comercializadas pela rede varejista ZARA, identificamos que a mão-de-obra utilizada na costura, encontra-se em absoluta **INFORMALIDADE**. Posteriormente, na segunda etapa da auditoria, pudemos constatar que tal **INFORMALIDADE** também esconderia a **DEGRADAÇÃO** desse ambientes de trabalho "quarterizados".

Dando continuidade aos trabalhos, os auditores-fiscais do trabalho efetuaram conferência nos talonários e nas notas fiscais daquele fornecedor direto, elaborando planilha eletrônica individualizada, por oficinista, das quais consta toda a movimentação de "terceirização" da produção de peças da marca ZARA havida no período de ABRIL/2011 a JUNHO/2011.

Tal levantamento abarcou a movimentação dos oficinistas, sem lastro ou idoneidade econômico-financeira e trabalhista, ou seja, aqueles que não possuíam empregados registrados e não recolhiam o FGTS, apresentando o seguinte resultado:



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

**NUMERO DE PEÇAS DA MARCA ZARA PRODUZIDAS
PELA AHA, COM TRABALHADORES INFORMAIS, NOS
MESES DE ABRIL 2011 A JUNHO 2011**

RESPONSÁVEL PELA OFICINA	PEÇAS:
1.	4.745
2.	1.800
3.	3.020
4.	1.096
5.	156
6.	820
7.	1.359
8.	2.235
9.	373
10.	1.830
11.	672
12.	1.518
13.	99
14.	146
15.	2.888
16.	2.596
17.	3.512
18.	946
19.	475
20.	2.320
21.	3.480
22.	316
23.	822
24.	728
25.	2.030
26.	348
27.	452
28.	2.074
29.	1.119
30.	308
31.	1.772
32.	1.517
33.	1.340

(em destaque, as oficinas selecionadas para diligência de 26/07/2011)

Essas informações dão conta da confecção de 46.486 (quarenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e seis) peças de vestuário da marca ZARA, durante o período, que terminaram por ser comercializadas pela ZARA BRASIL, sem que qualquer trabalhador tivesse seu contrato de trabalho formalizado, isso em uma atividade econômica notadamente intensiva na utilização de mão-de-obra.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

De posse dessas informações, a Auditoria partiu para o levantamento físico das oficinas e preparação da diligência *in loco*.

A seguir, aspectos externos de algumas dessas oficinas:



R MAJOR ANGELO ZANCHI 415 JD.
CASA 1 CONCORDIA SP



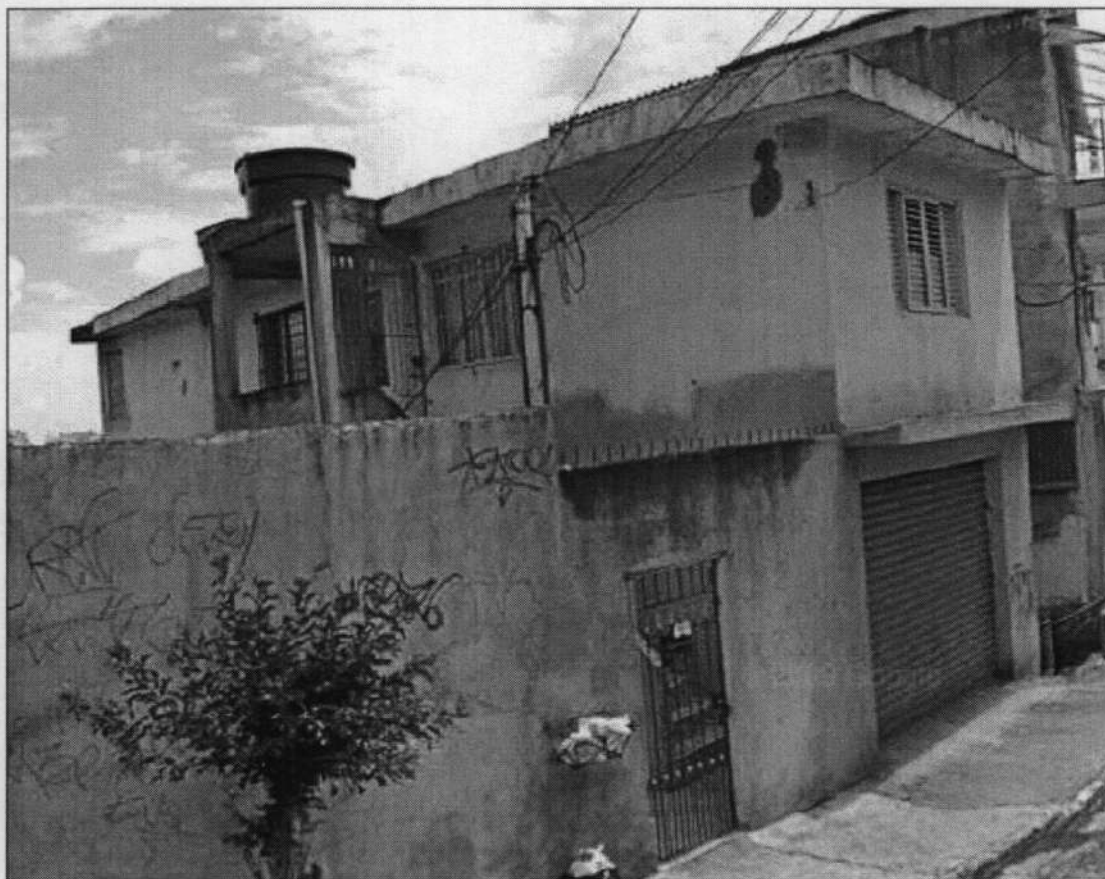
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



[REDACTED]
R NEWTON PRADO 108 APARTAMENTO 1 - BOM RETIRO – SÃO PAULO - SP



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



██████████ - ME.

RUA CAIMOAMBO – 71 FREGUESIA DO Ó – SÃO PAULO - SP



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



██████████ - ME
RUA DOS ESTUDANTES 619 – SÉ – SÃO PAULO – SP



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



AV ANGELINA 507

VILA LEONOR
SÃO PAULO-SP

Percebe-se que a pulverização da produção das peças de vestuário, por diversas empresas, constituídas formalmente ou não, em processo produtivo que, conforme se demonstrou, é controlado em todas as suas fases pelo varejista ZARA, visa a dificultar o controle e a fiscalização dessa atividade pelos órgãos públicos. A dificuldade de rastreamento contábil da produção facilita, assim, o mascaramento da teia de sub-contratações sucessivas que leva à precarização das relações de trabalho.

A partir de todas as conclusões elaboradas pela Auditoria até este ponto, partimos para a segunda fase do trabalho, que consistiria na constatação física das reais condições de trabalho a que seriam submetidos aqueles trabalhadores, até esse momento "invisíveis" aos olhos do Poder Público, isto



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

porque submetidos à situação de informalidade perpetrada pelo modo de produção conduzido e direcionado pela ZARA.

IX. CONCLUSÕES DA PRIMEIRA ETAPA DA AUDITORIA FISCAL E PREPARAÇÃO DA SEGUNDA ETAPA

O resultado da primeira etapa da auditoria fiscal demonstra que o processo de produção (costura) das roupas da ZARA, intermediado pelo "fornecedor" AHA ocorre com total precarização das condições contratuais dos trabalhadores e, conforme já se havia constatado na diligência em Americana, via "fornecedor" RODHES, degradação dos ambientes de trabalho, resultando no desrespeito aos mais básicos e elementares direitos fundamentais da pessoa do trabalhador contidos no art. 7º da Constituição Federal Brasileira, o que foi confirmado fisicamente, *a posteriori*, com frustração de direitos assegurados na legislação trabalhista e mediante a sonegação de impostos e de contribuições sociais.

Destarte, a quantidade de oficinas inidôneas e irregulares, utilizadas pela Zara para a produção de suas roupas, notadamente as que se utilizam de mão-de-obra de trabalhadores migrantes em situação vulnerável, indocumentados e não declarados, demonstrou que aquele episódio da oficina localizada em Americana não se tratou de um caso isolado, refletindo, na realidade, a praxis produtiva adotada pela Zara na condução de seus negócios.

Dentre os locais de trabalho dos sub-fornecedores da ZARA mapeados pela Auditoria, identificamos duas oficinas, gerenciadas pelos cidadãos bolivianos [REDACTED], trabalhando com vários cidadãos bolivianos, alguns indocumentados, mas todos sem registro formal de contrato de trabalho, mantidos em situação precária, jornadas exaustivas e condições degradantes.

A ação no local de trabalho foi coordenada pela equipe do Ministério do Trabalho e Emprego - Superintendência Regional do Trabalho em São Paulo, e contou com a participação de representantes da Secretaria de Estado da Justiça e Defesa da Cidadania – Núcleo de Enfrentamento e Prevenção ao Tráfico de Pessoas de São Paulo, e da Polícia Federal.



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO**

**X. SEGUNDA ETAPA DA AUDITORIA FISCAL – INÍCIO EM 26
de JULHO DE 2011 E TÉRMINO EM 11 DE AGOSTO DE
2011.**

A segunda etapa da auditoria se iniciou com diligência coordenada por auditores-fiscais do trabalho do Grupo de Combate ao Trabalho Escravo Urbano da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em São Paulo, realizado em 26 DE JULHO DE 2011, com inspeções realizadas nos seguintes endereços:

- a) RUA SOLDADO ALMIR BERNARDINO, 194 – PQ. NOVO MUNDO, São Paulo-SP, oficina sob gerenciamento de [REDACTED]
- b) AV. RUDGE, 513 – BOM RETIRO, oficina sob gerenciamento [REDACTED]
SANCHES FLORES.

, locais estes destinados a duas oficinas de costura que confeccionavam peças de vestuário, COM EXCLUSIVIDADE, para a marca "ZARA", de propriedade da empresa atuada – Zara Brasil Ltda. Constatou-se que a atuada utilizou-se de intermediação ilícita de mão-de-obra, mediante contratação de um fornecedor – AHA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ROUPAS LTDA. - em verdade, empresa interposta sem capacidade produtiva para atender ao objeto do contrato (fornecimento de peças de vestuário em número, especificações e prazo de entrega definidos pela ZARA). A Fiscalização constatou que a mencionada intermediária AHA não possuía capacitação técnica e capacidade produtiva (capital social, máquinas de costura, costureiros em número suficiente, estilistas, etc.) para prestar autonomamente o serviço contratado, tanto que vinha subcontratando oficinas de costura, muitas nem ao menos registradas nos órgãos públicos competentes, cuja aparência externa não denota o funcionamento de estabelecimentos fabris, situadas em áreas residenciais da região metropolitana de São Paulo. Mencionadas oficinas, por sua vez, utilizam-se de mão-de-obra de trabalhadores estrangeiros, muitos deles indocumentados, aliciados em seu país de origem (Bolívia), mantidos em situação de servidão em virtude das dívidas contraídas para custear sua entrada e manutenção no Brasil, submetidos a condições degradantes e jornadas exaustivas, como no caso dos locais descritos neste Relatório de Fiscalização. Restou claro que a existência dessa empresa interposta prestou-se exclusivamente a dissimular e encobrir o verdadeiro empregador – ZARA - mediante simulação de contrato de fornecimento de produtos (roupas), para alocar trabalhadores em atividades permanentes e essenciais ao objeto de seu



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

negócio, de forma contínua, mediante dependência econômica, com pessoalidade e subordinação. Afastada licitude do contrato de fornecimento praticado pela autuada, por aplicação dos artigos 2º, 3º e 9º da CLT. A autuada beneficiou-se diretamente da mão-de-obra desses trabalhadores, em uma das atividades inerentes e essenciais ao seu negócio. Dos 15 trabalhadores diretamente prejudicados, 14 foram encontrados pela fiscalização em atividade de costura, sendo uma adolescente de 14 anos em atividade de serviços gerais na oficina de [REDACTED], em condições descritas minuciosamente a seguir, que configuram trabalho análogo ao de escravo, nos termos do artigo 149 do Código Penal Brasileiro e da Convenção nº 29 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, ratificada pelo Decreto legislativo nº 41.721/1957.

XI. DAS OFICINAS DE COSTURA INSPECIONADAS



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



26/07/2011 – Oficina de Costura localizada na RUA SOLDADO ALMIR BERNARDINO, 194 – PQ. NOVO MUNDO, São Paulo-SP, oficina sob gerenciamento de [REDACTED]. o imóvel servia de moradia e ambiente de trabalho aos costureiros. Todos os portões encontravam-se trancados com cadeados, e houve demora na abertura dos mesmos.



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO**



26/07/2011 – Oficina de Costura localizada na RUA SOLDADO ALMIR BERNARDINO, 194 – PQ. NOVO MUNDO, São Paulo-SP, oficina sob gerenciamento de [REDACTED], ao fundo , na foto. Em primeiro plano, peças da ZARA confeccionadas no momento da inspeção.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



26/07/2011 – peça-piloto apreendida da ZARA que servia de modelo para a confecção das peças que estavam sendo produzidas na oficina sob gerenciamento de [REDACTED]



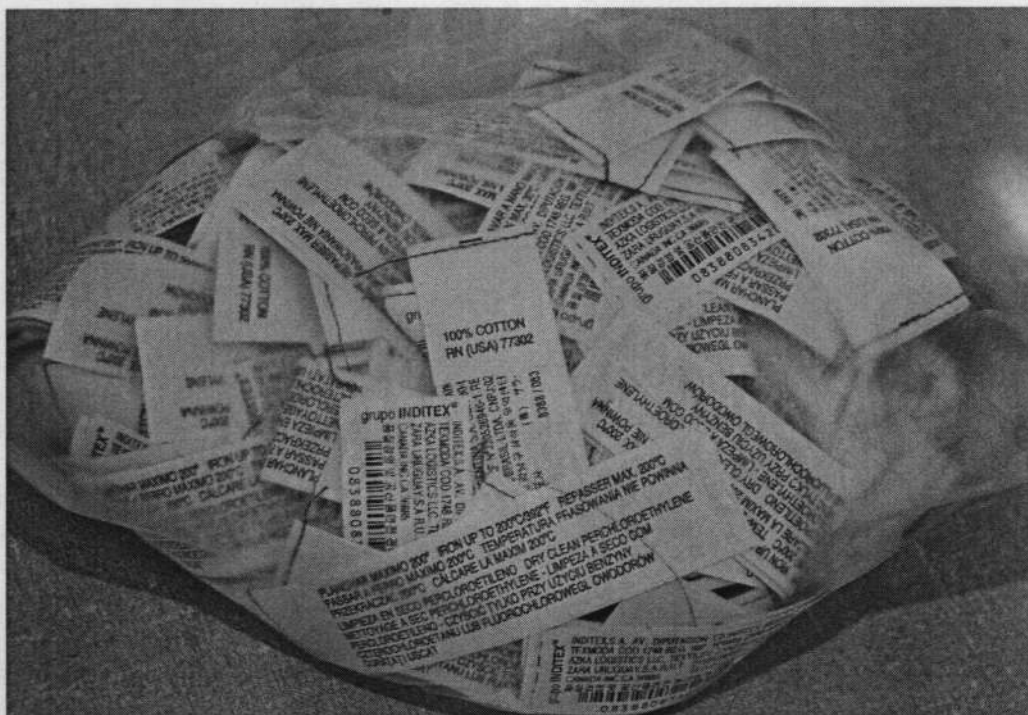
**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO**



26/07/2011 – Oficina de Costura localizada na AV. RUDGE, 513 – BOM RETIRO, São Paulo-SP, oficina sob gerenciamento de [REDACTED]. O imóvel servia de moradia e ambiente de trabalho aos costureiros.



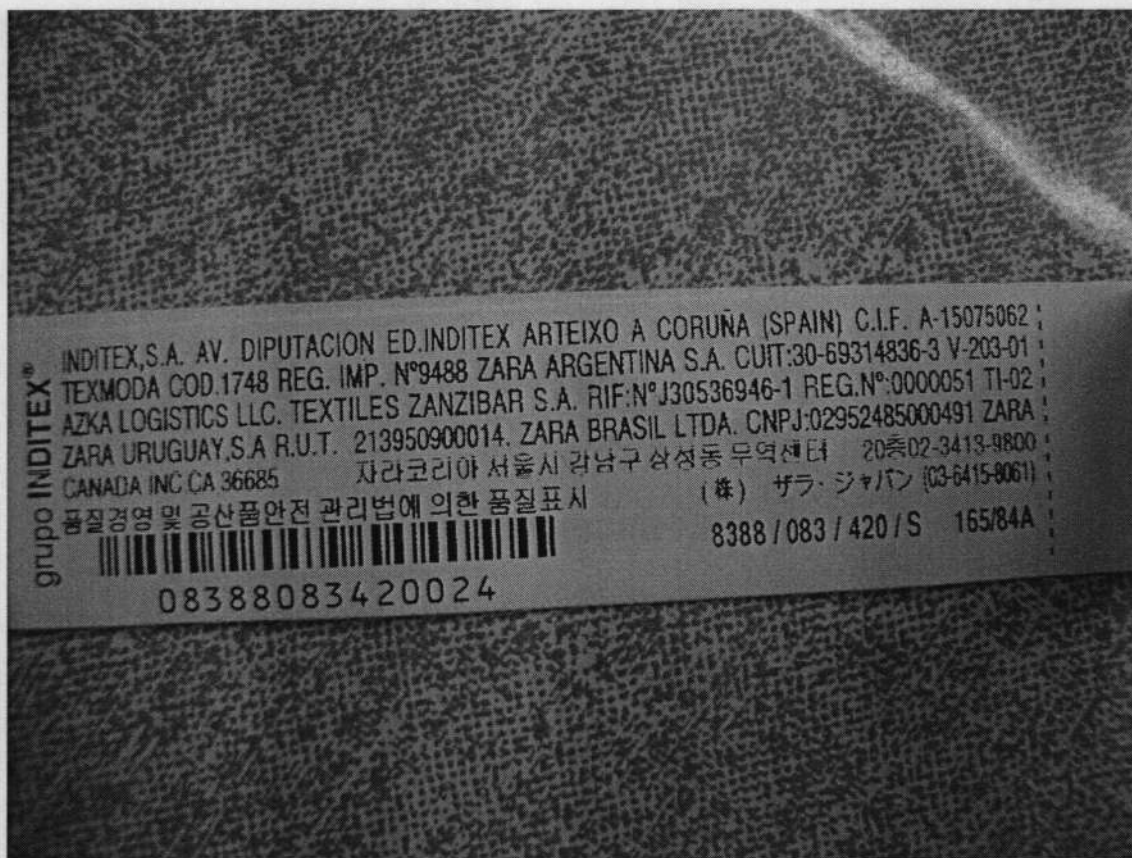
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



26/07/2011 – Oficina de Costura sob gerenciamento de [REDACTED]
[REDACTED] Etiquetas ZARA / INDITEX para serem afixadas nas peças confeccionadas.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



26/07/2011 – Oficina de Costura sob gerenciamento de [REDACTED]:
Etiquetas ZARA / INDITEX para serem afixadas nas peças confeccionadas

XII. DAS CONDIÇÕES DEGRADANTES DE SEGURANÇA E SAÚDE DO MEIO AMBIENTE DE TRABALHO

Nas oficinas de costura inspecionadas é possível afirmar que as condições de segurança e saúde são inexistentes, indicando extrema precariedade e sujeidade nos locais de trabalho e moradia, que se confundem. As instalações sanitárias são precárias e coletivas, as instalações elétricas estão sobrecarregadas e foram feitas de forma irregular (“gatos”), os quartos são de tamanho diminuto, sobrecarregados com diversos trabalhadores e seus pertences pessoais; não foi encontrado nenhum extintor de incêndio, as cadeiras são improvisadas, as máquinas de costura não possuem aterramento elétrico e possuem partes móveis expostas, expondo trabalhadores e principalmente as crianças que circulam no ambiente a graves riscos; não há



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

refeitório; há botijão de gás liquefeito de petróleo nos ambientes das cozinhas; a ventilação e a iluminação são insuficientes e causam grande desconforto aos trabalhadores.

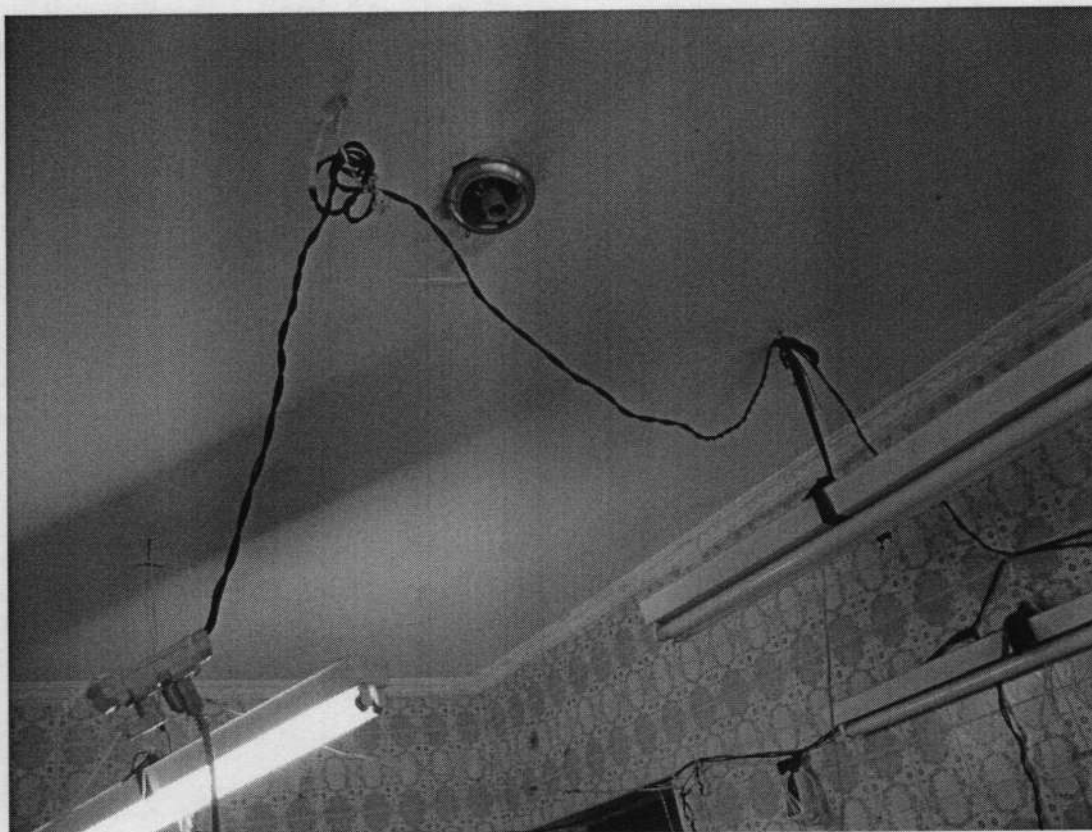
INSTALAÇÕES ELÉTRICAS IRREGULARES

Durante a ação fiscal, os auditores constataram as instalações elétricas do local inspecionados estavam completamente irregulares. A distribuição de tomadas elétricas para a alimentação das máquinas de costura era feita por "varais" de rede elétrica, com a utilização de derivações irregulares de tomadas por meio de dispositivos denominados "benjamin". Não havia o aterramento elétrico das máquinas de costura; os quadros de distribuição de energia elétrica nas duas oficinas estavam inadequados para a carga instalada e havia diversas conexões de cabos irregulares feitas por fita isolante, material inadequado para este tipo de instalação.

Assim, tais instalações estavam em desconformidade com a Norma Regulamentadora 10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade e com a Norma Brasileira NBR 5410/1995 – Instalações Elétricas de Baixa Tensão, gerando risco grave e iminente de incêndio e à segurança e saúde dos trabalhadores, razão pela qual a equipe lavrou termo de interdição de ambos os ambientes de trabalho.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



26/07/2011 – Oficina de Costura sob gerenciamento de [REDACTED]. Risco grave e iminente de incêndio Distribuição de tomadas elétricas para a alimentação das máquinas de costura, feita por um “varal” de rede elétrica.



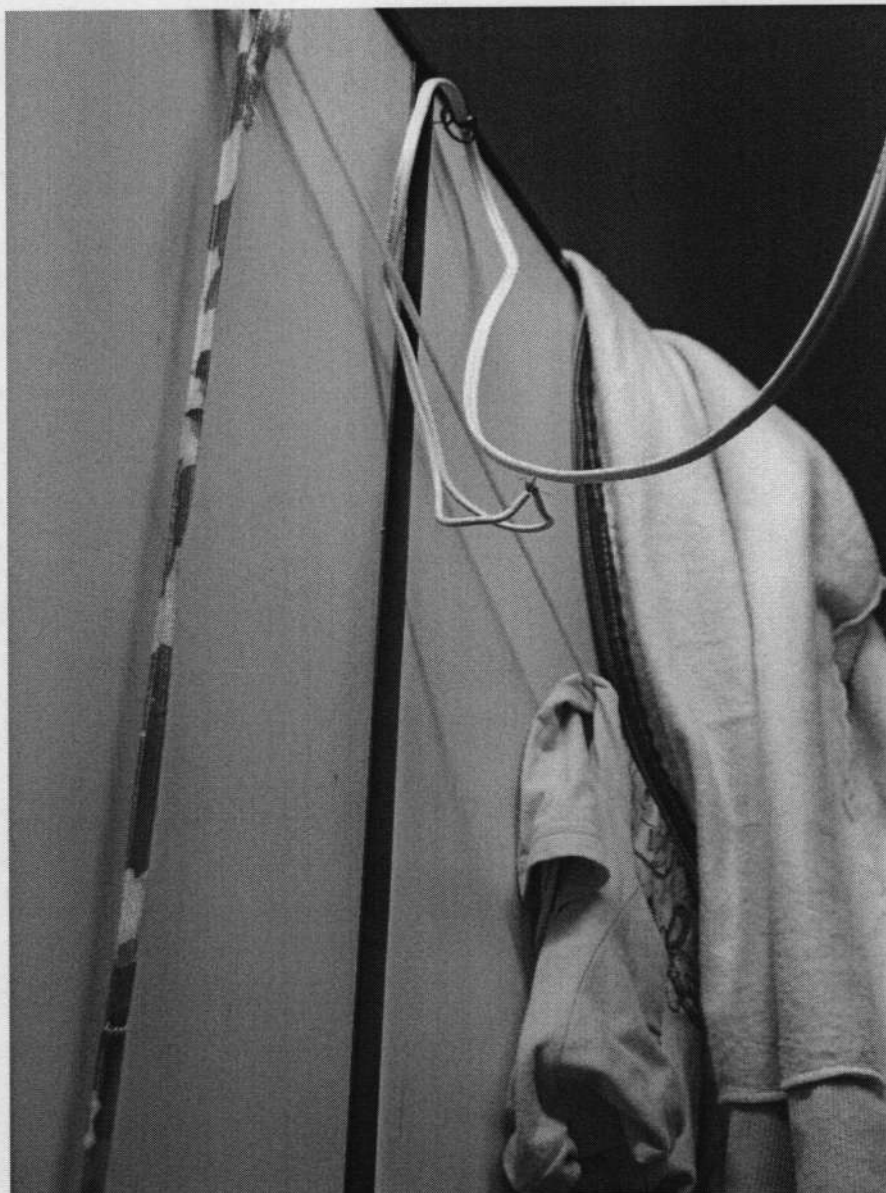
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



26/07/2011 – Oficina de Costura sob gerenciamento de [REDACTED] Risco grave e iminente de incêndio. Peças ZARA sob confecção no momento da inspeção. “Gambiarra” próxima a carga inflamável.



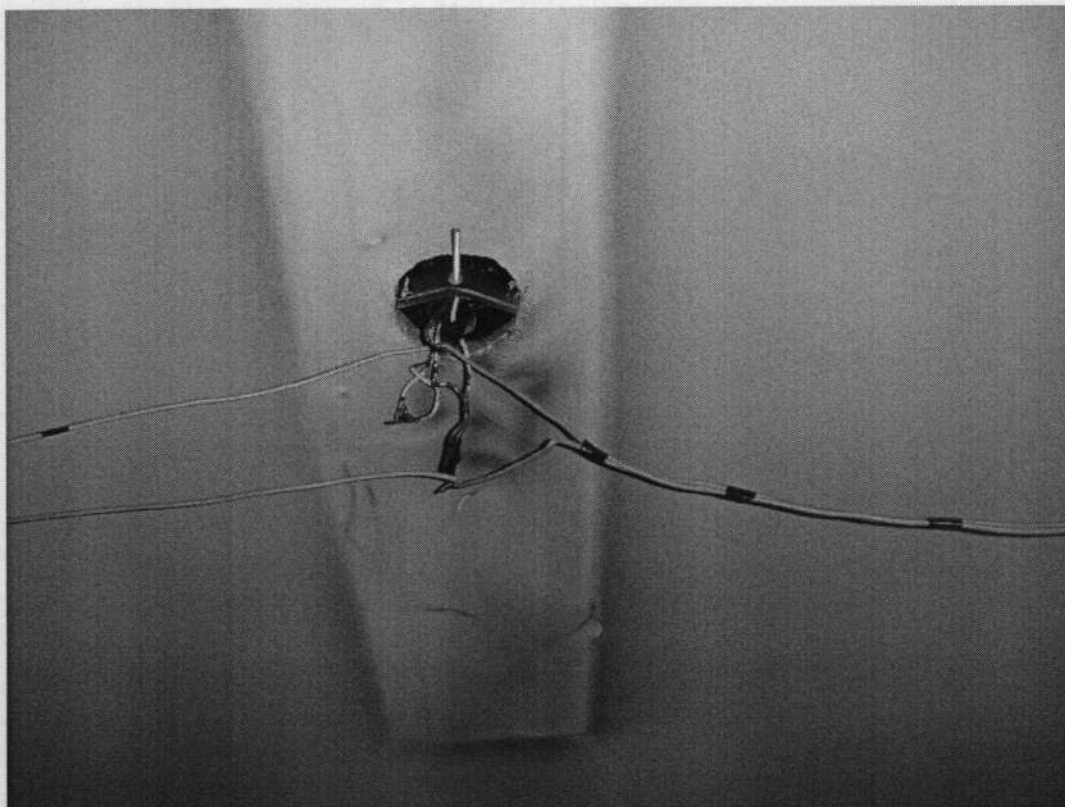
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



26/07/2011 – Oficina sob gerenciamento de [REDACTED], fiação improvisada nos alojamentos. Fios desencapados fazem as vezes de plugs “liga-desliga”.



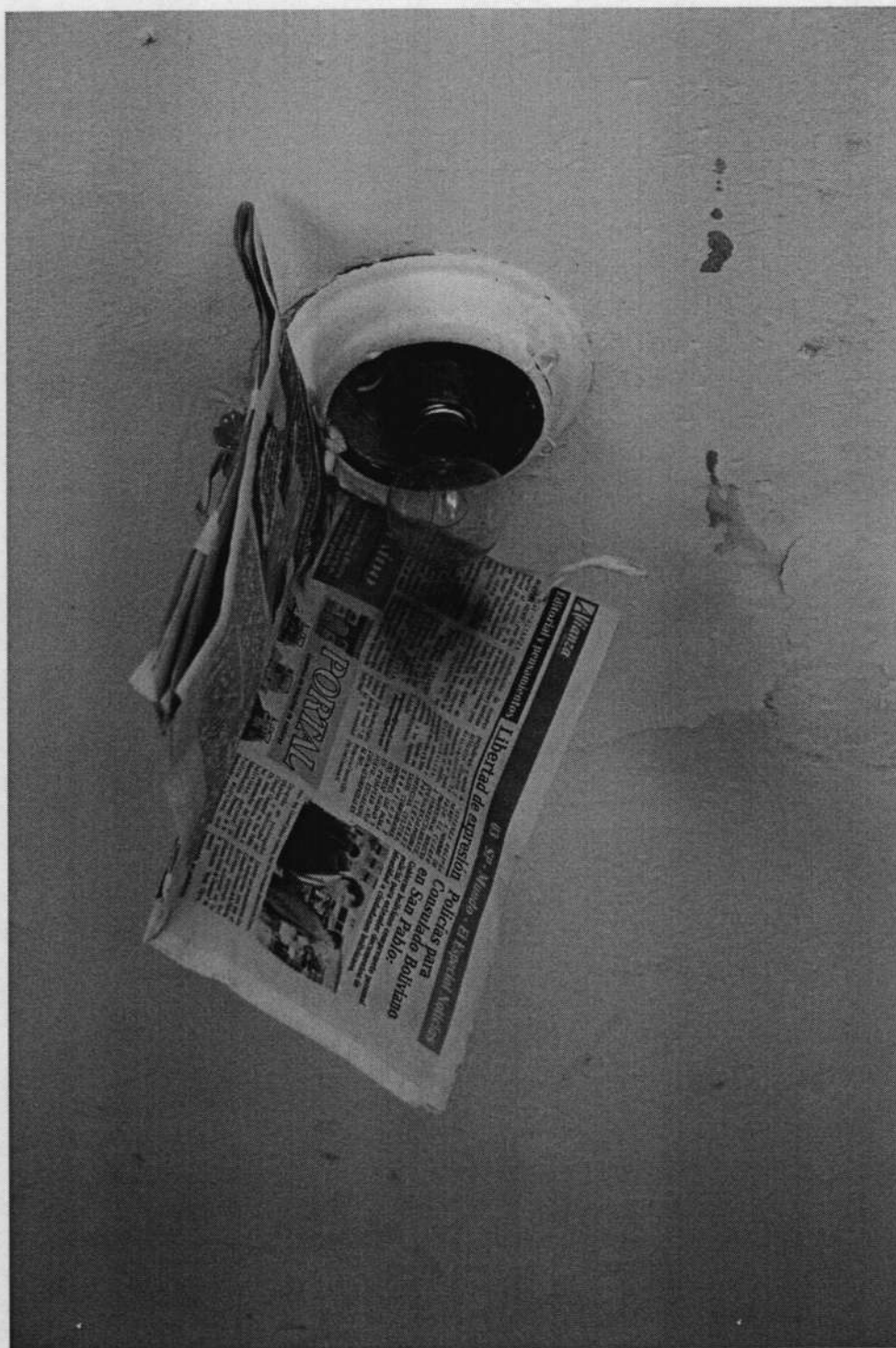
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



26/07/2011 – Oficina sob gerenciamento de [REDACTED], fiação improvisada nas áreas de costura.



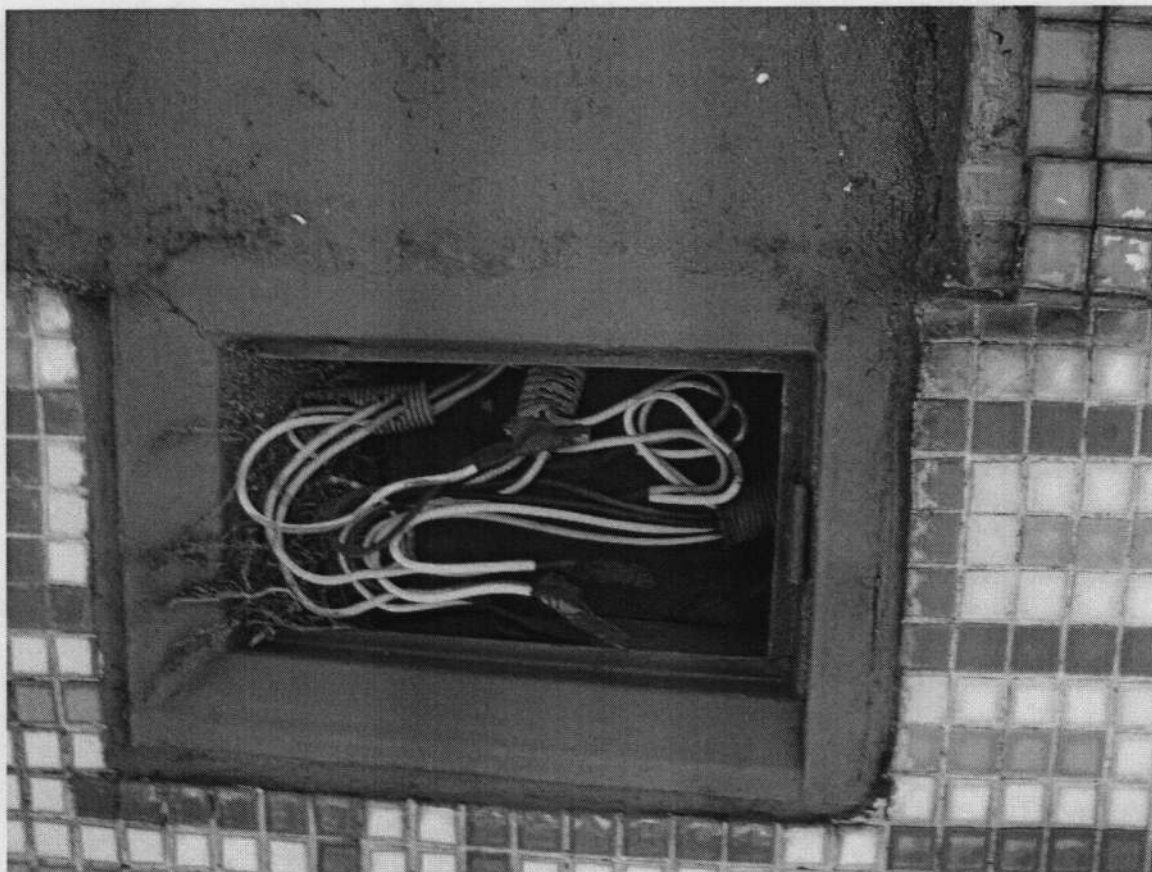
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



26/07/2011 – Oficina de Costura sob gerenciamento de [REDACTED] Risco grave e iminente de incêndio. Princípio de combustão de material inflamável.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



26/07/2011 – quadro de energia da Oficina de Costura sob gerenciamento de [REDACTED]. Risco grave e iminente de incêndio. Detalhe do quadro de entrada de energia elétrica da concessionária e do quadro de energia elétrica de distribuição local da oficina de costura, com conexões inadequadas, sem o cabo de aterramento e sem dispositivo geral de proteção contra sobrecarga e sobrecorrente.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



26/07/2011 –Oficina de Costura sob gerenciamento de [REDACTED]. **Risco grave e iminente de incêndio.** Conexões de cabos irregulares feitas por fita isolante, fora de eletroduto.



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO**

DA FALTA DE PROTEÇÃO DE MÁQUINAS

A Fiscalização constatou a falta de proteção das partes móveis das máquinas de costura, que os trabalhadores realizavam suas atividades próximos de polias e correias das máquinas de costura com risco de amputação de membros, inclusive das diversas crianças que se encontravam no local de trabalho.



26/07/2011 –Oficina de Costura sob gerenciamento de [REDACTED]
Detalhe da polia e correia da máquina de costura sem a devida proteção de partes móveis, mantendo expostas suas transmissões de força, com grave risco de acidente.



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO**



26/07/2011 –Oficina de Costura sob gerenciamento de [REDACTED]
Máquinas de costura sem a devida proteção de partes móveis, mantendo expostas suas transmissões de força.

DAS CONDIÇÕES ERGONÔMICAS DE TRABALHO

Durante a ação fiscal constatou-se que os trabalhadores utilizavam assentos e cadeiras "improvisados" para sentar-se, como por exemplo, caixas de papelão e banquetas, sem as mínimas condições de conforto, ou seja, sem altura ajustável à estatura do trabalhador e à natureza da função exercida. Esses assentos precários não possuíam conformação em suas bases, bordas frontais arredondadas ou encostos com forma levemente adaptada ao corpo para proteção da região lombar. Verificou-se que os trabalhadores não podiam sentar com os pés de modo confortável e totalmente apoiados no chão, acarretando pressão sobre as suas costas ou sobre a parte posterior das coxas. Algumas cadeiras estavam "remendadas" com pedaços de tecido.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



Oficina de Costura sob gerenciamento de [REDACTED] Cadeira.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



Oficina de Costura sob gerenciamento de [REDACTED]. Postura inadequada dos trabalhadores, em virtude das condições de trabalho na oficina.



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO**



**26/07/2011 –Oficina de Costura sob gerenciamento de [REDACTED].
cadeira improvisada e remendada com pedaço de tecido.**

**DO RISCO GRAVE E IMINENTE E DA LAVRATURA DE TERMO DE
INTERDIÇÃO DA OFICINA DE COSTURA**

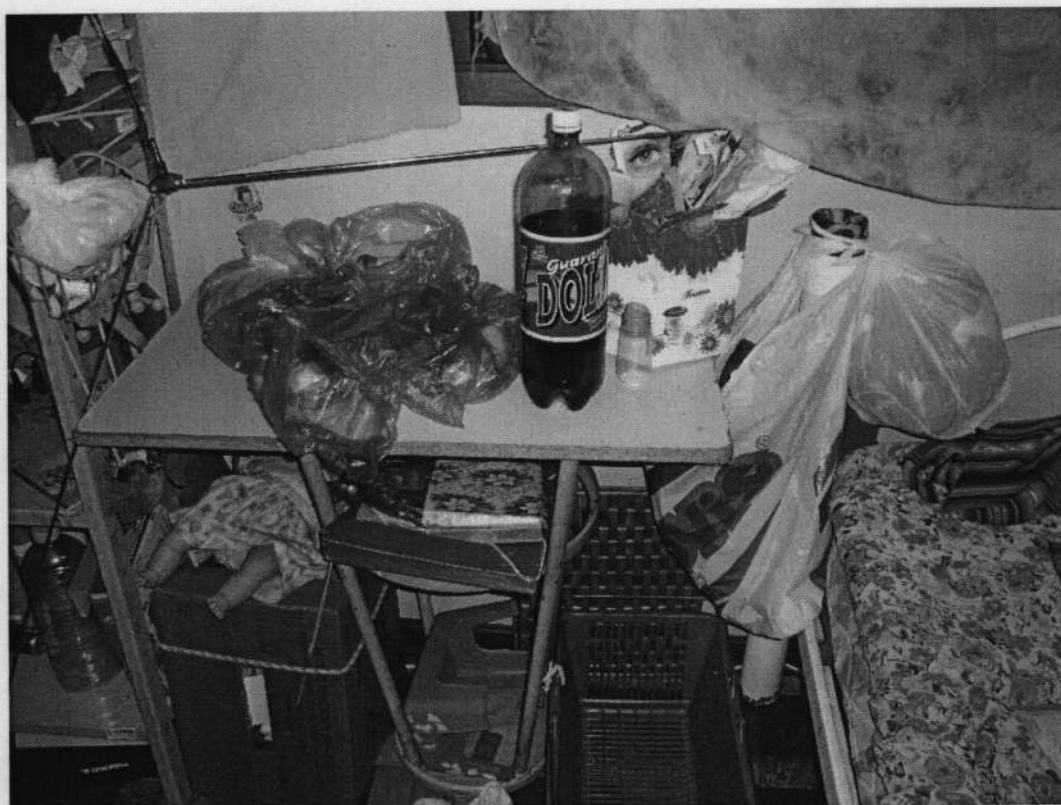
Pelos motivos acima expostos, constatado risco grave e iminente à segurança e à saúde dos trabalhadores, foi lavrado “Termo de Interdição” dos locais inspecionados.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

DAS CONDIÇÕES DE ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS E DE HIGIENE
DA COZINHA

A Fiscalização constatou por toda a área das oficinas e locais de alojamento, alimentos deteriorados, além de diversos alimentos que deveriam ser guardados em temperatura refrigerada que estavam armazenados fora da geladeira. As cozinhas era sujas, os alimentos manipulados sem qualquer higiene, os fogões, domésticos, insuficientes para dar conta da quantidade de trabalhadores alojados.



Oficina de Costura sob gerenciamento de [REDACTED]. Detalhe de armazenamento de alimentos junto a objetos pessoais dos trabalhadores.



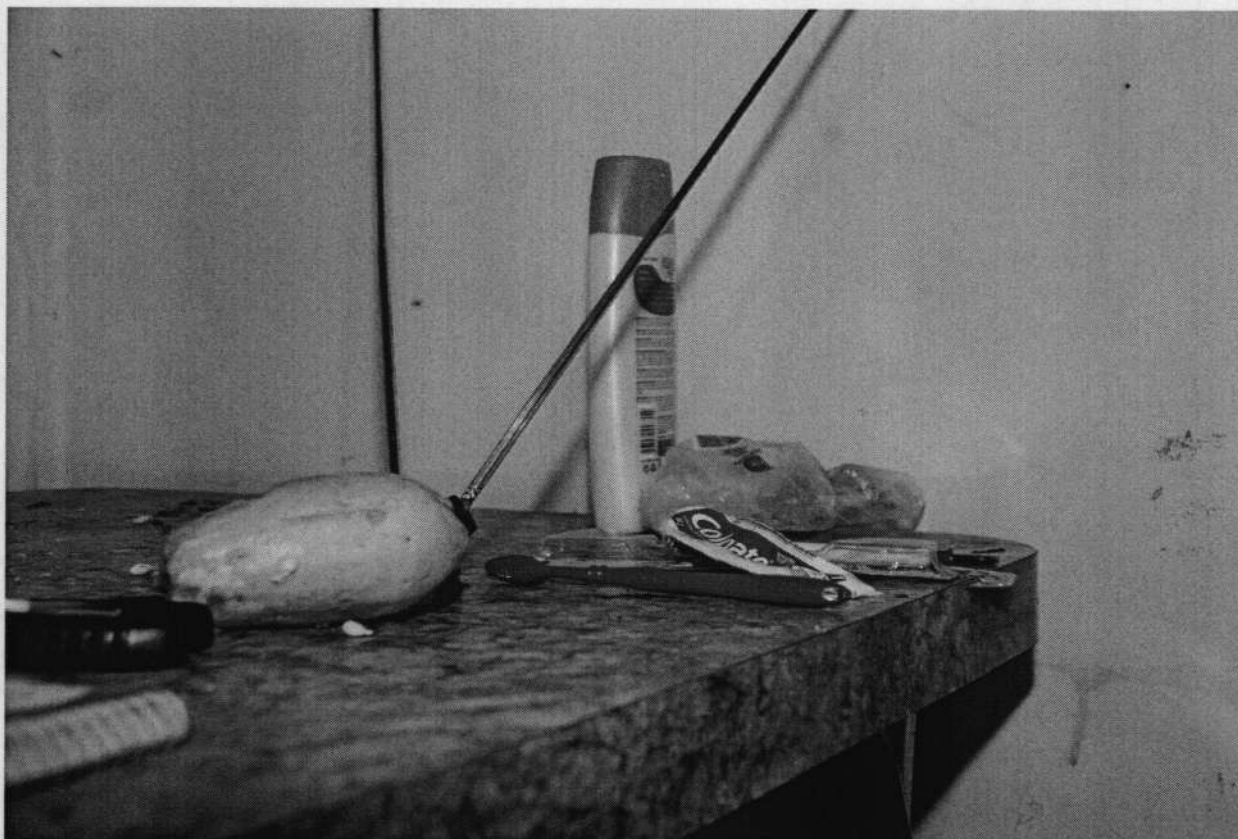
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



26 /07/2011 –Oficina de Costura sob gerenciamento de [REDACTED]
Detalhe de armazenamento de alimentos no chão, junto a produtos de limpeza e objetos pessoais dos trabalhadores,



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



Oficina de Costura sob gerenciamento de [REDACTED] Alimentos
deteriorados nos alojamentos.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



Oficina de Costura sob gerenciamento de [REDACTED] Falta de
higiene na cozinha.



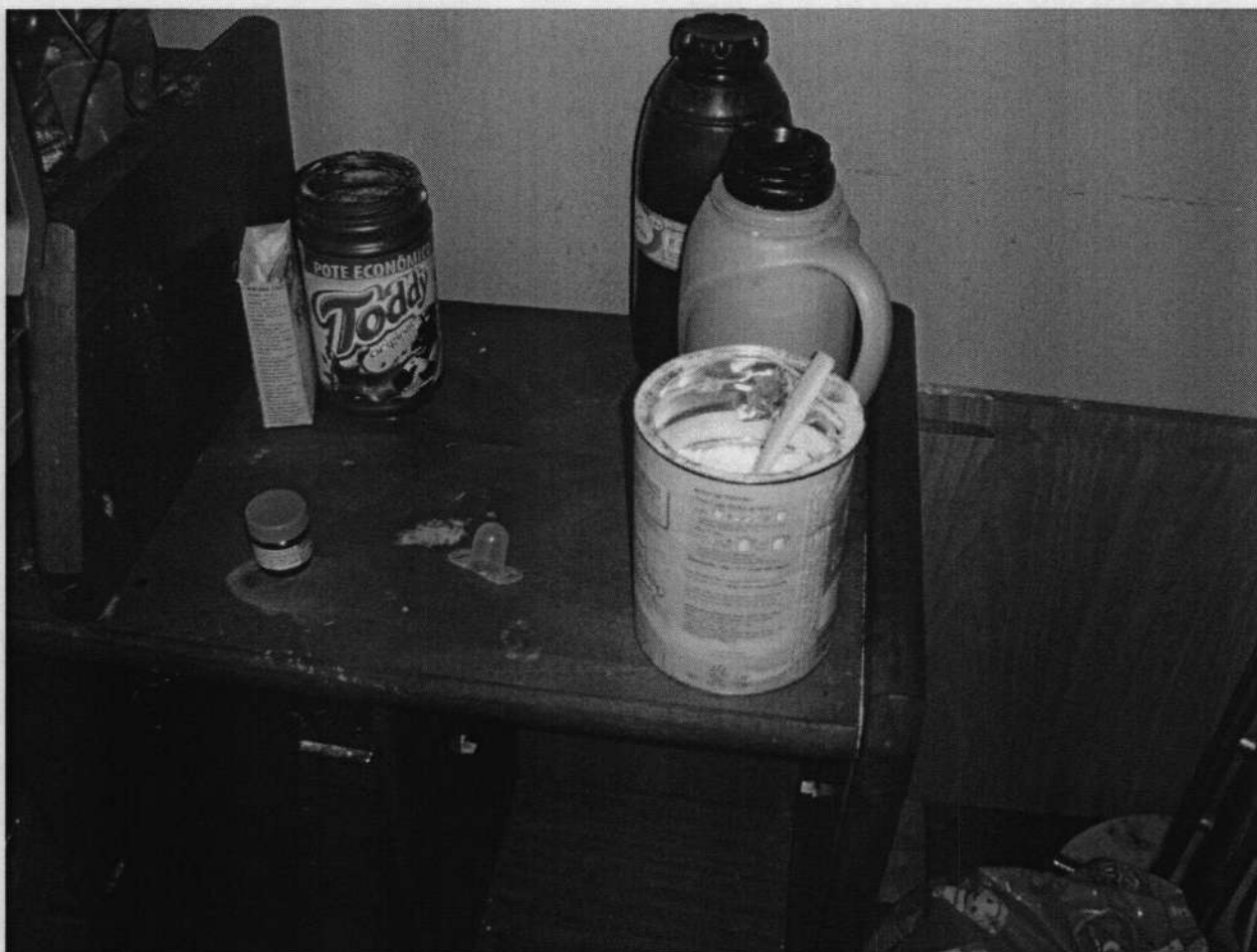
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



Oficina de Costura sob gerenciamento de [REDACTED]. Alimentos
estocados no chão, junto às camas dos trabalhadores.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



Oficina de Costura sob gerenciamento de [REDACTED]. Alimentos nos alojamentos.

DAS CONDIÇÕES DE HIGIENE DAS INSTALAÇÕES SANITÁRIAS

A Fiscalização constatou que as instalações sanitárias eram sujas e insuficientes para dar conta da quantidade de trabalhadores das oficinas. Os banheiros exalavam forte odor. Não havia papel higiênico nos banheiros. Os chuveiros elétricos encontravam-se desligados por causa da sobrecarga de energia elétrica da oficina, com fiações cortadas, forçando os trabalhadores seus familiares (bebês inclusive) a tomar banho de água fria. Não eram fornecidas roupas de cama e toalhas de banho.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



26/07/2011 – Oficina de Costura sob gerenciamento de [REDACTED]
Detalhe do banheiro com falta de higiene, sem tampa do vaso sanitário, sem papel higienico.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



26/07/2011 – Oficina de Costura sob gerenciamento de [REDACTED]
Detalhe do banheiro com falta de higiene, sem tampa do vaso sanitário, sem papel higiênico e sem cesto de lixo.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



26/07/2011 – Oficina de Costura sob gerenciamento de [REDACTED]
Detalhe do banheiro com falta de higiene, sem tampa do vaso sanitário, sem papel higiênico.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



26 /07/2011 –Oficina de Costura sob gerenciamento de [REDACTED]
Detalhe do banheiro com o chuveiro com o fio rompido, evitando que os trabalhadores e seus familiares tomassem banho quente.

DAS CONDIÇÕES DE MORADIA



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO**



**26/07/2011 – Oficina de Costura sob gerenciamento de [REDACTED]
Alojamentos sem camas, com colchões improvisados, deteriorados e mofados, no chão, onde viviam adultos e crianças.**



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



**26/07/2011 – Oficina de Costura sob gerenciamento de [REDACTED]
Alojamentos sem camas, com colchões improvisados, deteriorados e mofados, no chão, onde viviam adultos e crianças.**



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



26 /07/2011 –Oficina de Costura sob gerenciamento de [REDACTED]
Alojamento dos trabalhadores. Falta de espaço próprio para guarda de suas
roupas e demais pertences (armário). Ambiente sujo e úmido.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



26 /07/2011 –Oficina de Costura sob gerenciamento de [REDACTED]
Alojamento dos trabalhadores. Falta de espaço próprio para guarda de suas roupas e demais pertences (armário). Ambiente sujo e úmido. Infiltrações. Falta de iluminação natural (incidência solar) e circulação de ar.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



26 /07/2011 –Oficina de Costura sob gerenciamento de [REDACTED].
Alojamento dos trabalhadores.. Ambiente sujo e úmido. Infiltrações. Falta de
iluminação natural (incidência solar) e circulação de ar.

Embora os cômodos fossem diminutos em ambas oficinas, , observou-se que abrigavam famílias inteiras, muitas vezes com mais de um filho por casal de trabalhadores. Muitas vezes, a separação de casais se dava por um lençol estendido por um varal, ao lado da cama.



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO**



**26 /07/2011 –Oficina de Costura sob gerenciamento de [REDACTED]
“Cortinas” improvisadas com lençóis separam as camas dos casais, no mesmo
cômodo.**

**OUTRAS DESCONFORMIDADES DE SEGURANÇA E SAÚDE NOS
AMBIENTES DE TRABALHO E ALOJAMENTOS**

A Fiscalização constatou outras graves irregularidades nos quesitos de segurança e saúde do meio ambiente de trabalho, que foram objeto de autuação específica, tais como:

Deixar de elaborar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional e o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais; deixar de submeter o



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO**

trabalhador a exame médico admissional antes do início de suas atividades; deixar de equipar o estabelecimento com material necessário à prestação de primeiros socorros, entre outras irregularidades.

XIII. DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES ENCONTRADOS

Durante a ação fiscal foi encontrada uma adolescente de 14 anos trabalhando, na oficina gerenciada por [REDACTED], em atividade de serviços gerais para a oficina (limpeza, ajudante de cozinha e cuidadora das crianças menores, filhos dos trabalhadores), sem freqüentar estabelecimento de ensino, o que foi objeto de autuação fiscal pelos seguintes fundamentos:

- a) é proibido qualquer trabalho a menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz;
- b) por tratar-se de ambiente laboral e atividade proibida a menores de 18 anos, conforme Decreto n. 6.481/2008 – Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil, LISTA DAS PIORES FORMAS DE TRABALHO INFANTIL, "Art. 4º Para fins de aplicação das alíneas "a", "b" e "c" do artigo 3º da Convenção no 182, da OIT, integram as piores formas de trabalho infantil: I - todas as formas de escravidão ou práticas análogas, tais como venda ou tráfico, cativo ou sujeição por dívida, servidão, trabalho forçado ou obrigatório e item II. 4 da Lista TIP : Com exposição a abusos físicos e psicológicos" Apesar de terem sido encontradas quatro crianças no local de trabalho, não se constatou o trabalho infantil.
- c) manter trabalhador em idade inferior a 18 anos em horário de trabalho incompatível com a freqüência à escola.

No mais, foram encontradas nos ambientes de trabalho e alojamento, 5 (cinco) crianças, filhos dos costureiros e gerentes das oficinas, e que apesar de não estarem trabalhando, encontram-se expostas aos mesmos riscos à sua saúde e segurança a que estão expostos os trabalhadores.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



26 /07/2011 –Oficina de Costura sob gerenciamento de [REDACTED].
Criança no alojamento dos trabalhadores.



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO**



26/07/2011 – Oficina de Costura sob gerenciamento de [REDAZIDA]. Alojamento. Filho de trabalhadores com quadro febril. O ambiente insalubre e condições sanitárias dos alojamentos e oficinas favorecem a propagação de doenças.

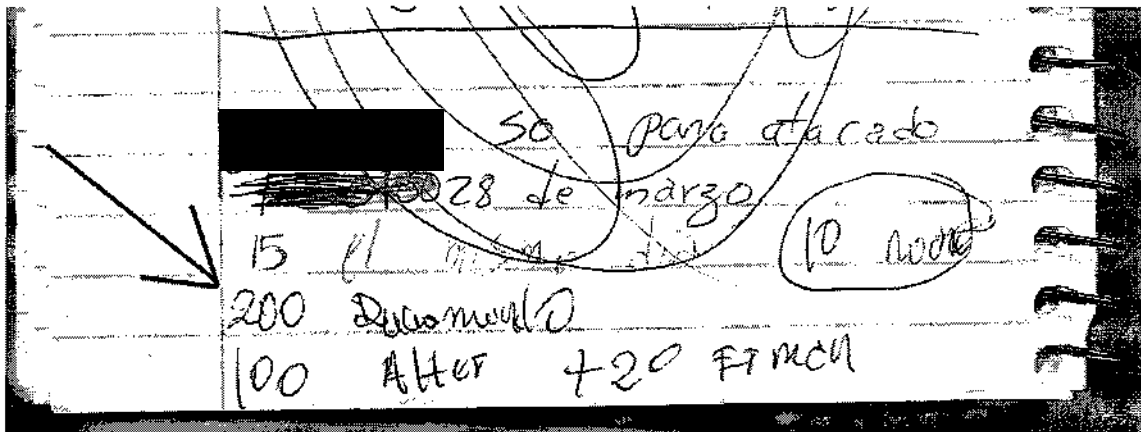
XIV. DO ALICIAMENTO – TRÁFICO DE PESSOAS E SERVIDÃO POR DÍVIDA

O aliciamento ocorreu com traços de logro, simulação, fraude e outros artifícios para movimentar mão-de-obra de um lugar para o outro na América do Sul, com o objetivo único de lucro, conseguido em cima do engano do trabalhador e de sua utilização como mão-de-obra escrava em alguma parte do ciclo produtivo da empresa autuada. Como ponto diferencial desse processo está o “ser” estrangeiro e, conseqüentemente, mais vulnerável a todo tipo de sujeição, em troca de uma vida minimamente melhor em outra parte.

Por diversas vezes, essa Auditoria buscou, inclusive em idioma espanhol, extrair informações detalhadas a respeito do aliciamento ao qual tais trabalhadores foram submetidos, quem os trouxe, quanto foi pago, se essa dívida



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



Detalhes do caderno de contabilidade informal apreendido na oficina sob gerenciamento de [REDACTED].

XV. DO SISTEMA COLETIVO DE ALIMENTAÇÃO E MORADIA
DOS TRABALHADORES - A CARACTERIZAÇÃO DA
SERVIDÃO POR DÍVIDA - "TRUCK SYSTEM"

"Truck system" é o sistema pelo qual o empregador limita a disposição e o uso do salário pelo empregado, através de coação ou induzimento na aquisição de bens essenciais fornecidos pelo próprio empregador.

Como forma de proteção ao salário, a norma inserida na Consolidação das Leis do Trabalho repele o sistema "truck system", estabelecendo, no artigo 462 e seus parágrafos, os princípios da irredutibilidade e intangibilidade salarial. Da leitura deste artigo, vê-se que o sistema jurídico, portanto, proíbe qualquer desconto salarial não autorizado em lei ou instrumentos normativos.

No presente caso, considerando que moradia e alimentação são precárias e fornecidas diretamente pelo empregador, custeadas pelos empregados através de sua produção, constata-se que a sobrevivência dos empregados e suas famílias depende inteiramente desta transação que é feita com o oficinista.



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO**

Sendo assim, tendo suas necessidades essenciais providas apenas pelo empregador e desprovidos de qualquer liberdade de escolha ou vontade, o consentimento dos trabalhadores com relação aos descontos indevidos não pode ser considerado.

Destaque-se que, segundo apurou-se junto aos trabalhadores, os valores recebidos pela oficina, por peça costurada, gira em torno de R\$ 6,00 (seis reais) por peça, distribuídos da seguinte maneira: R\$ 2,00 para o oficinista, R\$ 2,00 para o trabalhador e R\$ 2,00 para os gastos da oficina (água, luz, moradia e alimentação).

Os descontos salariais verificados extrapolam os limites fixados no artigo 462 da Consolidação das Leis do Trabalho, lesam à norma cogente, de interesse público, independentemente do consentimento dos empregados.

XVI. JORNADA EXAUSTIVA E REMUNERAÇÃO VII

As oficinas inspecionadas contavam 15 trabalhadores, todos de nacionalidade boliviana (14) e peruana (1) e sem o devido registro. Os trabalhadores viviam e trabalhavam no mesmo local, em habitação multifamiliar precária. Entrevistados, declararam trabalhar das 07h00 da manhã, às 20h00 da noite, de segunda à sexta-feira, e das 08h00 às 12h00, aos sábados, havendo relatos de que, por vezes, laboravam até 22h00 ou meia-noite, indicando uma jornada de trabalho excessiva. Alguns trabalhadores relataram fadiga, estresse e exaustão, ao final da jornada.

A jornada exaustiva imposta aos trabalhadores bolivianos está diretamente relacionada ao baixo valor pago pela Zara para cada peça costurada. Apenas com muitas horas de trabalho os trabalhadores IMIGRANTES conseguiriam gerar renda suficiente para garantir as despesas com alimentação e moradia providas por cada um oficinistas,. Esta jornada, agravada pelo ritmo intenso exigido no trabalho por produção, tornava-se exaustiva.

Dependendo da complexidade da costura, os valores recebidos pelos costureiros variavam de R\$ 1,50 a R\$ 2,00 por peça. Os trabalhadores, ao serem entrevistados, narraram além da já mencionada jornada exaustiva, salários abaixo do piso salarial da



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

[REDACTED]	Abril
Vestido Saara	$117 + 74 = 191$ 387
[REDACTED]	
[REDACTED]	
[REDACTED]	
[REDACTED]	
[REDACTED]	



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

situação de trabalho deplorável e indigno, em absoluta informalidade, jornadas extenuantes e meio ambiente de trabalho degradante.

Observa-se, dessa maneira, que o tratamento que a empresa autuada ZARA dispensa, por meio das empresas envolvidas em sua rede de fornecimento, a seus empregados é discriminadora, por reduzi-los à condição análoga à de escravidão, e contraria inteiramente diversos textos de Direito Internacional recepcionados pelo ordenamento jurídico nacional.

Partindo da definição de que *“las discriminaciones son las desigualdades antijurídicas, puesto que consisten —por la violación del principio de igualdad— en el desigual tratamiento de las diferencias tuteladas y valorizadas por él”*¹, observamos que um dos bens jurídicos que o Estado deve tutelar de maneira mais firme e eficaz é o princípio fundamental à igualdade de trato. Essa tutela deve garantir, no âmbito das relações de trabalho, que não haja discriminação de nenhum tipo entre o trabalho realizado da mesma maneira e em iguais condições, por trabalhadores diferentes na sua essência. Da mesma forma, é vetado a qualquer empresa ou ente promover e implementar ações que proporcionem situações de discriminação, ainda que indireta, sobre quaisquer grupos, notadamente aqueles mais vulneráveis.

Segundo a Convenção n. 169, da OIT, ratificada pelo Brasil por meio do Decreto nº 5.051, de 19 de Abril de 2004, são considerados indígenas²:

- os povos em países independentes, considerados indígenas pelo fato de descenderem de populações que habitavam o país ou uma região geográfica pertencente ao país na época da conquista ou da colonização ou do estabelecimento das atuais fronteiras estatais e que, seja qual for sua situação jurídica, conservam todas as suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais e políticas, ou parte delas.

Dessa maneira, observa-se nitidamente uma situação de desfavorecimento na relação de trabalho em tela, em razão de raça ou etnia, que são amplamente combatidos pela Lei nº 9.029/95. Não por outro motivo, a OIT, em sua publicação sobre a eliminação da discriminação dos povos indígenas em matéria de emprego e ocupação³, descreve habilmente as situações em que nitidamente ocorre discriminação de povos indígenas, devido a práticas empresariais discriminatórias:

¹ FERRAJOLI, Luigi. *Derechos y garantías. La ley del más débil*. 4ª edición. Madrid: Editorial Trotta, 2004. Pág. 83

² Conv. Nº 169, da OIT. Art. 1º, I, “b”.

³ ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO. *Eliminación de la discriminación de los pueblos indígenas y tribales en materia de empleo y ocupación: guía para el Convenio nº 111, de la OIT*. Ginebra: Oficina Internacional del Trabajo, 2007. Pág. 6



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

Cuando los indígenas buscan empleo u ocupaciones en el mercado laboral nacional e internacional, a menudo se enfrentan a una serie de barreras y desventajas:

- *Muchos trabajadores indígenas no son capaces de competir en igualdad de condiciones, ya que sus conocimientos y competencias profesionales no se valoran apropiadamente y tienen un acceso limitado a la educación formal y la formación profesional.*
- *A menudo se introduce a los trabajadores indígenas en el mercado laboral en condiciones precarias negándoles sus derechos laborales fundamentales.*
- *Los trabajadores indígenas generalmente ganan menos y el salario que reciben en relación con los años de educación terminados es más bajo que el de sus compañeros no indígenas. Esta diferencia se acentúa en niveles más altos de educación.*

Dessa maneira, os indígenas “se ven más afectados por la pobreza severa y son por lo tanto más susceptibles de convertirse en víctimas del trabajo infantil, el trabajo forzoso, la trata y otras violaciones de los derechos humanos”⁴. As conclusões exaradas no relatório final da Relatora Especial da ONU para as formas contemporâneas de escravidão, Sra. Gulnara Shahinian, apontam para o mesmo entendimento de que os “bolivianos são um grupo comprovadamente muito mais fácil de explorar do que os brasileiros pobres, pelas seguintes razões”⁵:

- 1) os trabalhadores brasileiros são sindicalizados, logo, mais protegidos que aqueles trabalhadores estrangeiros indocumentados que nem acesso têm ao sindicato de classe;
- 2) os trabalhadores brasileiros das áreas urbanas têm melhor acesso a informação, diferentemente dos trabalhadores de zonas rurais, e, portanto, menos sujeitos a serem encontrados em condições análogas às de escravidão no setor do vestuário;
- 3) tendo em vista que muitos migrantes bolivianos são traficados para dentro do país e, por consequência, entram no Brasil irregularmente, tais trabalhadores temem ser pegos e deportados. Bolivianos são, portanto, muito mais fáceis de serem manipulados, porque tem medo de perderem seus empregos, sofrerem deportação e violências das mais diversas contra si mesmos e contra suas famílias.

Dessa forma, os trabalhadores enumerados no presente relatório, todos nacionais bolivianos ou peruanos de etnia quéchua ou aimará, viram reduzidos e anulados seus

⁴ Idem. Ibidem. Pág. 8

⁵ UNITED NATIONS ORGANIZATION. *Report of the Special Rapporteur on contemporary forms of slavery, including its causes and consequences, Gulnara Shahinian. Addendum. Mission to Brazil.* Geneve: Human Rights Council, 2010. Pág. 15



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO**


direitos fundamentais como trabalhadores por causa e responsabilidade direta da empresa autuada. A empresa Zara Brasil Ltda. implementou um modelo empresarial de subcontratação em toda a sua cadeia produtiva que pressiona as camadas inferiores de trabalhadores, notadamente os costureiros de nacionalidade boliviana, para uma situação em que as peças são comercializadas a valores vis e irrisórios, implicando na redução dos trabalhadores elencados em situação análoga à de escravidão e criando uma nítida diferença de trato entre os trabalhadores brasileiros, aos quais se aplicam todas as normas e direitos sociais, e os bolivianos e peruanos de etnia quéchua e aimará – notadamente grupo mais vulnerável, aos quais é reservado o trabalho escravo. É o modelo de subcontratação implementado pela empresa Zara – e sob sua total responsabilidade, a causa essencial da discriminação perpetrada contra esses trabalhadores, por serem bolivianos e peruanos de etnia quéchua ou aimará, conforme comprovado nas inspeções *in loco* e nas entrevistas realizadas com os trabalhadores, ambos contrastados com a Auditoria realizada na empresa autuada.

**XVIII. DA ATIVIDADE ECONÔMICA EXPLORADA NAS
OFICINAS VISITADAS**

Trata-se de atividade de costura, inserida na cadeia produtiva da autuada, por meio de facções de costura, trabalhando para a empresa autuada ZARA, durante o período em que foram confeccionados e costurados peças de roupas para a autuada. Dentre elas, peças que se encontravam em fase de confecção durante a visita fiscal e cujos lotes foram em parte apreendidos pela Auditoria, parte lacrados nas próprias oficinas, onde se encontram à disposição para eventuais novas providências. As peças-piloto com os lacres da ZARA encontram-se apreendidas, sob a guarda da chefia da fiscalização da SRTE/SP, para análise e posterior destinação.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

*ZERAMOS OS PRODUTOS/SERVIÇOS CONSTANTES NA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO		NF-e Nº 000.000.270 SÉRIE: 1													
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR														
SIG INDUSTRIA E COMERCIO DE ROUPAS LTDA. RUA JULIO CONCEICAO, 776 778 1.º ANDAR BOM RETIRO SAO PAULO SP TEL/FAX: 1133514144 CEP: 01126000		DANFE DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA 0 - Entrada 1 - Saída Nº 000.000.270 SÉRIE: 1 FOLHA: 1 de 1													
SIG		 CHAVE DE ACESSO 3511 0708 8090 8900 0182 5590 1060 0002 7010 4522 5640													
NATUREZA DA OPERAÇÃO REM. INDUSTRIALIZAÇÃO		Protocolo de autorização de uso 135110374017695 - 3011-07-22T15:11:02													
INSCRIÇÃO ESTADUAL 14966774119		INSCRIÇÃO ESTADUAL SUB. TRIBUTARIA CNPJ 08.800.039/0001-82													
DESTINATÁRIO/REMETENTE															
NOME RAZÃO SOCIAL [REDACTED] ME		CNPJ/CPF 12.620.408/0001-45													
ENDEREÇO AV. RUDGE, 513 - 1 E 2 AN		BARRIO/DISTRITO BOM RETIRO													
MUNICÍPIO SAO PAULO		UF SP													
FONE/FAX 1136988851		INSCRIÇÃO ESTADUAL 147528944117													
FATURA/DUPPLICATA		DATA DA EMISSÃO 22/07/2011													
DATA DE SAÍDA 16:49:46		DATA DE SAÍDA 22/07/2011													
CÁLCULO DO IMPOSTO															
BASE DE CÁLCULO DO ICMS 0,00		VALOR DO ICMS 0,00													
BASE DE CÁLCULO DO IPI 0,00		VALOR DO IPI 0,00													
VALOR DO ICMS 0,00		VALOR DO IPI 0,00													
VALOR DO ICMS 0,00		VALOR DO IPI 0,00													
VALOR DO ICMS 0,00		VALOR DO IPI 0,00													
TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS															
RAZÃO SOCIAL NOSSO CARRO		CÓDIGO ANTT 0													
ENDEREÇO RUA JULIO CONCEICAO, 776/778		MUNICÍPIO SAO PAULO													
QUANTIDADE 6		ESPECIE VOLUMES													
MARCA		NÚMERAÇÃO													
PESO BRUTO 0,000		PESO LÍQUIDO 0,000													
DADOS DO PRODUTO/SERVIÇO															
CD	PROD.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	SECH	EST	CEP	CD	QNTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	ICMS	ICMS	ICMS	ICMS	ICMS	ICMS
0105		ETIQUETAS	44219000	000	5001	000	470	0,1000	67,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0250		ZIPERBOM	99000747	000	5901	000	070	1,0000	678,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11110105		1126216-VESTIDO DE VOIL BORDADO	62040200	000	5901	000	070	20,0000	13.162,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CÁLCULO DO ISSQN															
INSCRIÇÃO MUNICIPAL		VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS		BASE DE CÁLCULO DO ISSQN		VALOR DO ISSQN									
DADOS ADICIONAIS															
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SUSPENSÃO DOS TERMOS DO ART. 402 DECRETO NR 45492000 - SUSPENSÃO DO PPI TERMINOS ART. 42 INCISO VI DECRETO NR 454479															
RESERVADO AO FISCO															



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

QUETA: ZARA REF: 111101076 DATA: 15/06/11

MODELISTA: XXXXXXXXXX TECIDO: VOIL 60 FOCUS

1 BOTÃO COM AZELHA
Dado (D)

	S	M	L
A	65	68	70
B	40	42	44
C	47	49	51
D	52	54	56
E	48	50	52
F			
G			
H			
I			
J			

AVIAMENTOS

	S	M	L
Amo 10mm			
Pontos por cm	4000	375	350
Amo 5.2.52			

OBS: APROVADO NO TAM M



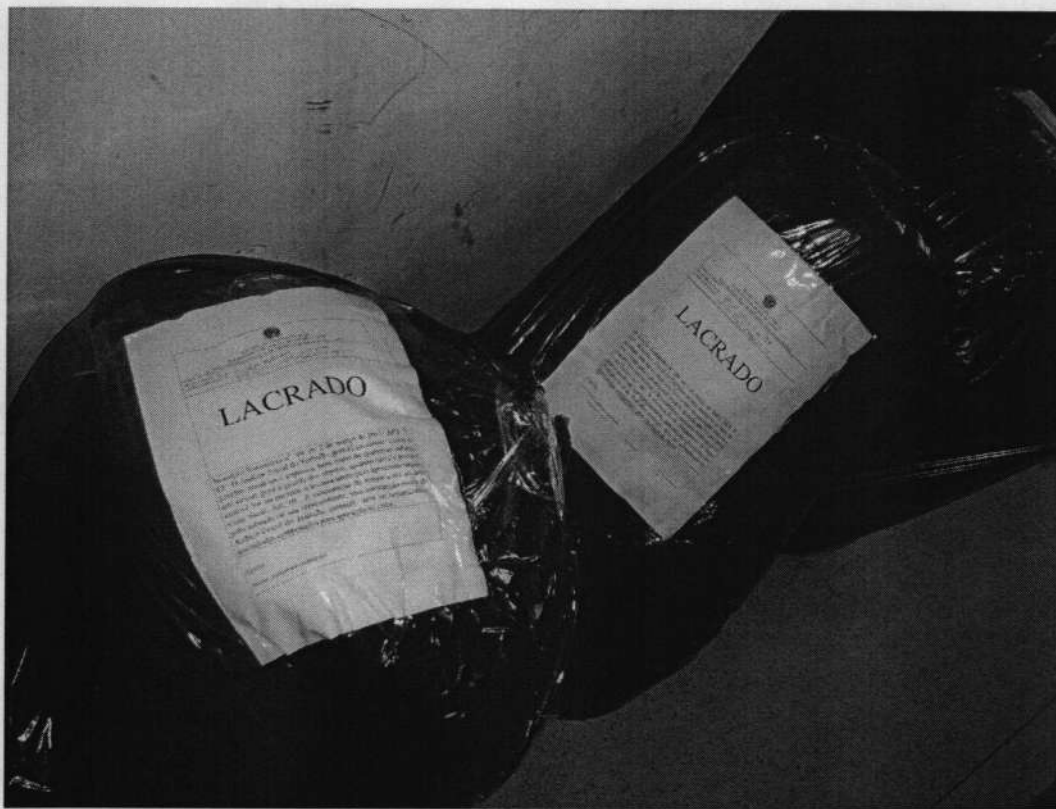
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

AHA IND. E COM. DE ROUPAS LTDA RUA JULIO CONCEICAO, 776 BOM RETIRO SAO PAULO SP TEL/FAX: 01133514144 CEP: 01126000		DANFE DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA 0 - Entrada 1 - Saída Nº 000.007.673 SÉRIE : 1 FOLHA: 1 de 1									
		CHAVE DE ACESSO: 3511 0660 1543 4600 0108 5500 1000 0076 7310 4518 4182		Consulta de autenticidade no portal nacional de NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora							
NATUREZA DA OPERAÇÃO REINDUSTRIALIZACAO		INSCRIÇÃO ESTADUAL S/D. TRIBUTARIA		PROTOCOLO DE AUTENTICAÇÃO DE USO 135110314160136 - 2011-06-21T16:21:22							
INSCRIÇÃO ESTADUAL 112276498115		CNPJ 60.154.846/0001-08									
DESTINATÁRIO/REMETENTE											
NOME/RAZÃO SOCIAL [REDACTED]		CNPJ [REDACTED]		DATA DA EMISSÃO 21/06/2011							
ENDEREÇO RUA SOLDADO ALMIR BERNARDINO, 194		BAIRRO/DISTRITO PARQUE NOVO MUNDO		CEP 02.187-070							
MUNICÍPIO SAO PAULO		UF SP		INSCRIÇÃO ESTADUAL ISENTO							
FONE/FAX 1181692064		PIEIRA DE SAÍDA 16:21:31									
FATURA/DUPPLICATA											
CÁLCULO DO IMPOSTO											
BASE DE CÁLCULO DE ICMS 0,00		VALOR DO ICMS 0,00		VALOR TOTAL DOS PRODUTOS 18.813,60							
VALOR DO FRETE 0,00		VALOR DO SEGURO 0,00		VALOR DO IPI 0,00							
DESCONTO 0,00		OUTRAS DEDUÇÕES/ACÉSSORIAS 0,00		VALOR TOTAL DA NOTA 18.813,60							
TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS											
RAZÃO SOCIAL [REDACTED]		FRETE POR CONTA 0 - ENTRANTE 1 - DESTINATÁRIO		CÓDIGO ANTT [REDACTED]							
ENDEREÇO [REDACTED]		MUNICÍPIO [REDACTED]		UF [REDACTED]							
QUANTIDADE 05		ESPÉCIE VOLUMES		MARCA [REDACTED]							
NUMERAÇÃO [REDACTED]		PESO BRUTO 0,000		PESO LÍQUIDO 0,000							
DADOS DO PRODUTO/SERVIÇO											
CDG. PROD.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	NCM SN	CFOP	UNID.	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	B.CÁLC. ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALÍQUOTAS ICMS - IPI
0105	ETIQUETAS	48219000	000	599	1/3	990	0,1000	99,00	0,00	0,00	0,00
111101976	ETIQUETAS - BLUSA VOIL	62063000	010	599	PC	990	20,0000	18.720,00	0,00	0,00	0,00
CÁLCULO DO ISSQN											
INSCRIÇÃO MUNICIPAL		VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS		BASE DE CÁLCULO DO ISSQN		VALOR DO ISSQN					
DADOS ADICIONAIS											
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SUSPENSÃO ICMS TERMOS DO ART. 402 DECRETO NR 4548/2000 - SUSPENSÃO DO IPI TERMOS ART. 42 INCISO VI DECRETO NR 4544/02						RESERVADO AO FISCO					

NOTAS FISCAIS E FICHAS TÉCNICAS DA AHA (OU SIG - DO MESMO GRUPO), DE REMESSA PARA AS OFICINAS DE COSTURA, RELATIVAS ÀS PEÇAS ZARA EM CONFECCÃO NO MOMENTO DA FISCALIZAÇÃO.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



Lote de peças lacrado na oficina sob gerenciamento de [REDACTED]

XIX. DA TERCEIRIZAÇÃO ILEGAL – RESPONSABILIDADE DO TOMADOR DE SERVIÇOS

*“Por primera vez en la historia, la unidad básica de la organización económica no es un sujeto, sea individual (como el empresario o la familia empresarial) o colectivo (como la clase capitalista, la empresa, el Estado). Como he tratado de exponer, la **unidad es la red**, compuesto por diversos sujetos y organizaciones, que se modifica constantemente a medida que se adapta a los entornos que la respaldan y a las estructuras del mercado. ¿Qué une a esas redes? ¿Son alianzas puramente instrumentales y accidentales? Puede ser el caso de redes particulares, pero la forma organizativa de su funcionamiento ha de tener su propia dimensión. Si no fuera así, la actividad económica se realizaría en un vacío cultural/social, afirmación que pueden*



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO**

*sostener algunos economistas ultrarracionalistas, pero plenamente rechazada por los datos históricos."*⁶

A empresa atuada é inteiramente responsável pela situação encontrada. O emaranhado em rede das empresas envolvidas na cadeia produtiva é de inteiro conhecimento e aprovação da empresa atuada. A empresa atuada ZARA é, na verdade, um grupo empresarial que comanda e exerce seu poder de direção e ingerência de diversas formas sempre no sentido de adequar a produção de peças de vestuário à sua demanda, COM EXCLUSIVIDADE, a seu preço e à sua clientela. Investe em uma marca forte, de grande valor comercial, indicando um fundo de comércio baseado na marca e no estilo que vende. Impõe esse estilo a seus fornecedores, que são, na verdade, meros intermediadores de mão de obra barata e precarizada.

Tais pseudo empresas interpostas, chamadas pela atuada de fornecedoras, funcionam, na realidade, como verdadeiras células de produção da empresa ZARA, todas interligadas em rede por contratos simulando fornecimento, mas que, na realidade, encobertam nítida relação de emprego entre todos os obreiros das oficinas e a empresa atuada. O nível de dependência da rede varejista às suas "marcas próprias", é tão elevado que exige forte gestão de fornecedores (definição de peças, qualidade, preço, logística, etc.).

⁶ CASTELLS, Manuel. *La empresa red: cultura, instituciones y organizaciones de la economía informacional*. In: CASTELLS, Manuel. *La era de la información. Economía, sociedad y cultura. Vol. I: La sociedad red*. 6ª edición en español. México, D.F.: Siglo xxi editores, s.a. de c.v., 2005. Pág. 226.

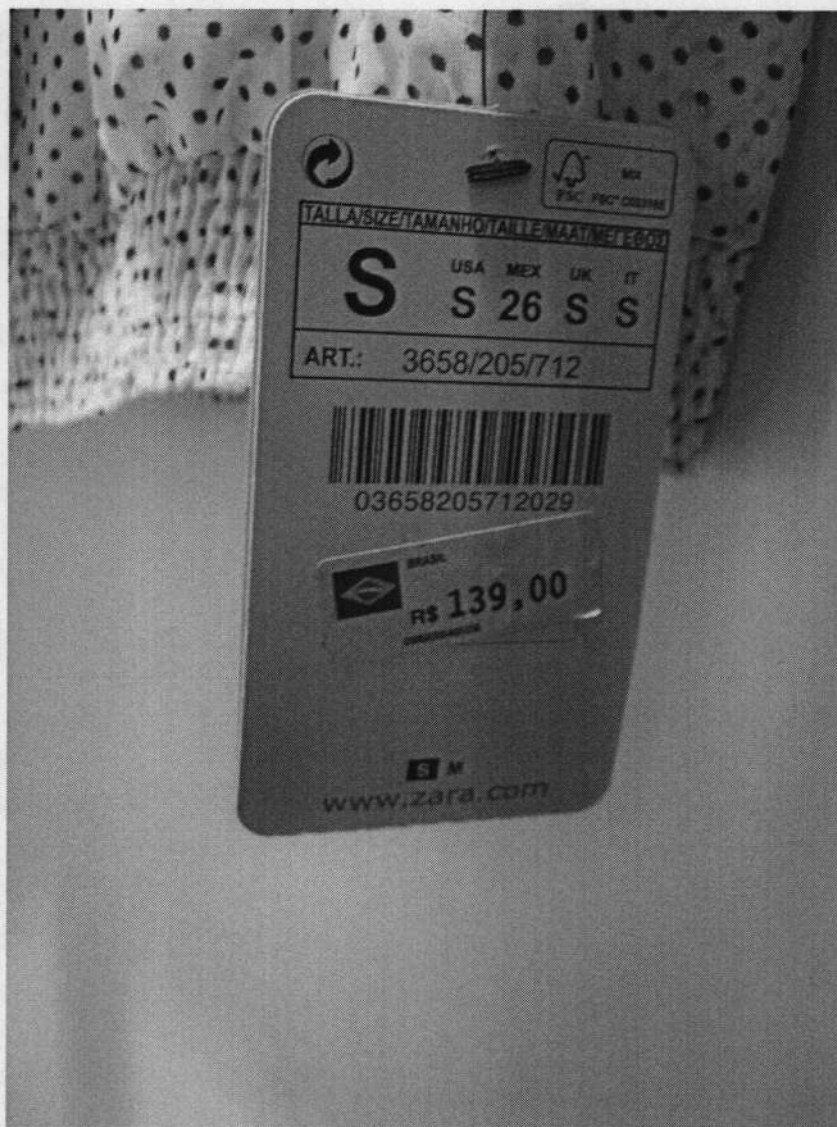


MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO





MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



AGOSTO/2011. Loja da Rede Zara, em São Paulo. Peça semelhante à que teve a produção interrompida na oficina sob responsabilidade de [REDACTED], vendida a R\$ 139,00. A Oficina receberia pela costura de peça semelhante, R\$ 6,00, que seria dividido em 3 partes : uma para a oficinista, uma para o trabalhador e uma para as despesas da oficina.

Em 21 de julho de 2011, esta equipe dirigiu-se à sede da ZARA , em Barueri, com objetivo de entrevistar a Diretora de Produtos da ZARA, [REDACTED], que vem a ser a responsável por toda a área de compra dos produtos que virão a receber a marca ZARA e relacionamento com fornecedores.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



Sede da ZARA BRASIL. Diretoria de Produtos.

A Diretora esclareceu que seu departamento é responsável pela adaptação das criações elaborada na matriz da empresa, em La Coruña, Espanha, ou conforme suas palavras, transformar o que a Espanha já criou em produtos adaptados ao mercado brasileiro. Sua diretoria é responsável pela criação das peças-pilotos e das fichas técnicas, que serão encaminhadas às confecções/fornecedores, e posteriormente às oficinas, para reprodução. A criação é toda centralizada na matriz que, também segundo suas palavras, é a “cabeça” de cada coleção, zelando para que as coleções sejam semelhantes em cada país em que a ZARA tenha presença. [REDACTED] coordena as gerentes de produtos, responsáveis pela compra de cada área. Cada gerente de produto tem o seu “par” na matriz espanhola, a quem deve se reportar para definir detalhes do trabalho de adaptação das peças. Aos fornecedores compete “montar” as peças-piloto,



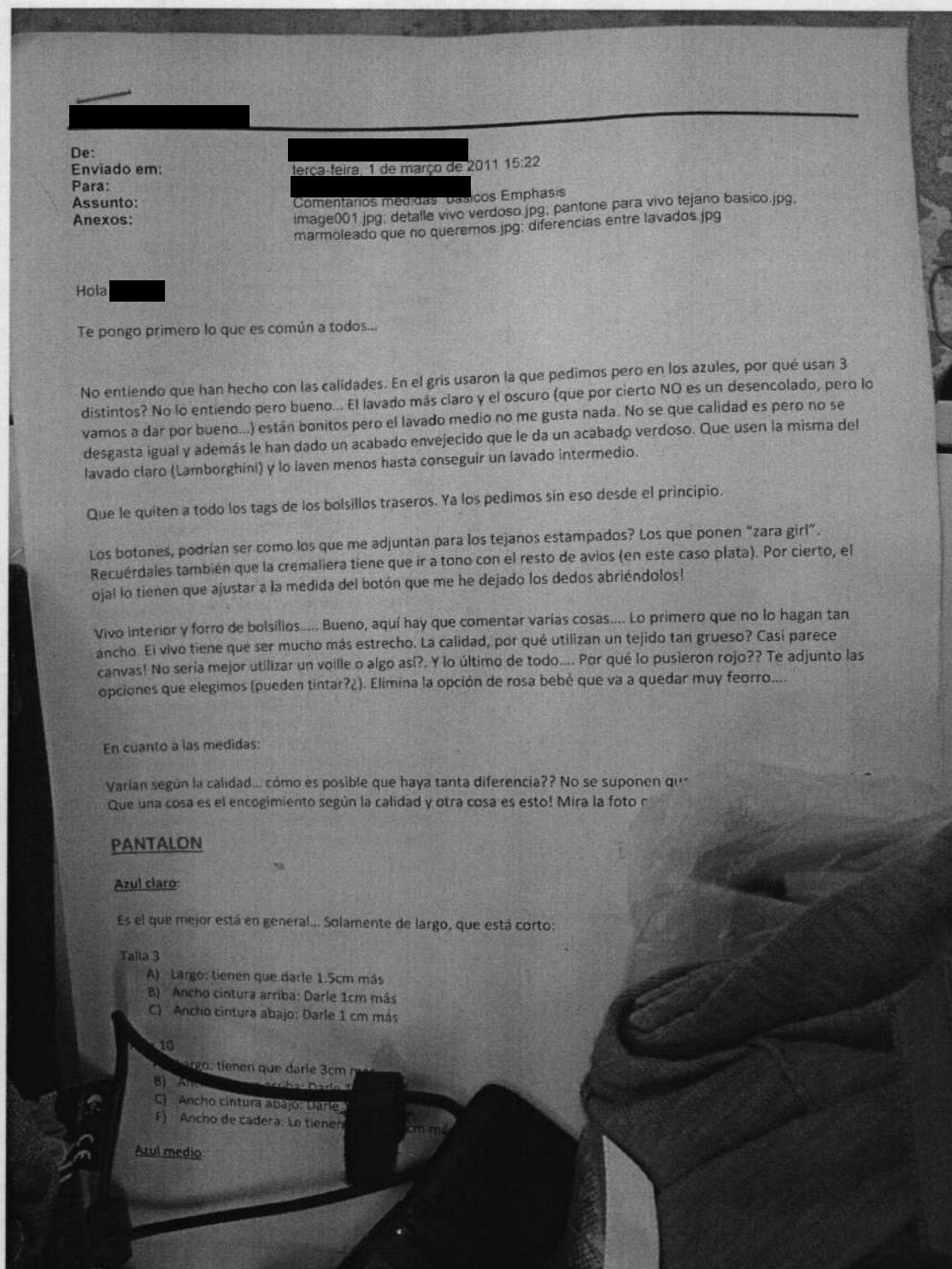
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

que segundo [REDACTED], invariavelmente, precisa de adequações feitas por cada gerente de produtos da ZARA. A partir do momento que a gerente ZARA aprova um piloto, o fornecedor deve encaminhar a mesma para a ZARA /INDITEX matriz, na Espanha, para aprovação final e emissão do PEDIDO OFICIAL. Também compete a ela e à sua equipe a visita aos fornecedores de matéria-prima, para escolha dos tecidos que vão ser utilizados pelo fornecedor na confecção das peças. Apesar de sermos responsáveis pela escolha e definição dessa matérias -primas, a fatura do tecido sempre sairá em nome do FORNECEDOR, pois segundo [REDACTED] "A ZARA NÃO COMPRA TECIDOS"

Sem a emissão do PEDIDO OFICIAL, pela matriz espanhola; SEGUNDO SUAS PALAVRAS "NÃO EXISTE PRODUÇÃO DA ZARA ACONTECENDO SEM UM PEDIDO OFICIAL, EMITIDO PELA MATRIZ".



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



Sede da ZARA BRASIL. Diretoria de Produtos. Neste email, verifica-se que todos os detalhes relativos à produção são definidos pela matriz da ZARA, na Espanha.



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO**

**XX. AUSÊNCIA DE CAPACIDADE PRODUTIVA DA EMPRESA
AHA**

A AHA nada agrega ao processo produtivo das peças encomendadas e comercializadas pela ZARA, que não a realização de atividade de logística. . Seu *staff* na área de criação nada mais faz que MONTAR e REPASSAR as peças-piloto a partir das rígidas definições da ZARA, que controla toda a definição estilística;; suas poucas costureiras remanescentes apenas materializam as peças-piloto a partir das fichas técnicas definidas pela ZARA, já que toda a produção é “quarteirizada” para oficinas de costura, a maior parte delas não registradas nos órgãos competentes, empregando imigrantes indocumentados, em situação vulnerável e mantidos em condições degradantes.

Da análise da relação de seus funcionários e funções, verifica-se que o “GRUPO AHA” , ao contrário do que afirmaram os representantes da ZARA em algumas oportunidades da presente Auditoria, não possui capacidade produtiva (máquinas de costura e costureiros) para a produção das peças encomendadas pela ZARA. Todas as funções realizadas por seus funcionários dizem respeito à atividades de LOGÍSTICA (embalador, motorista, carregador, etc.) e ADMINISTRATIVAS. As únicas costureiras são as responsáveis pela materialização de peças-piloto que vão ser copiadas pelas oficinas.

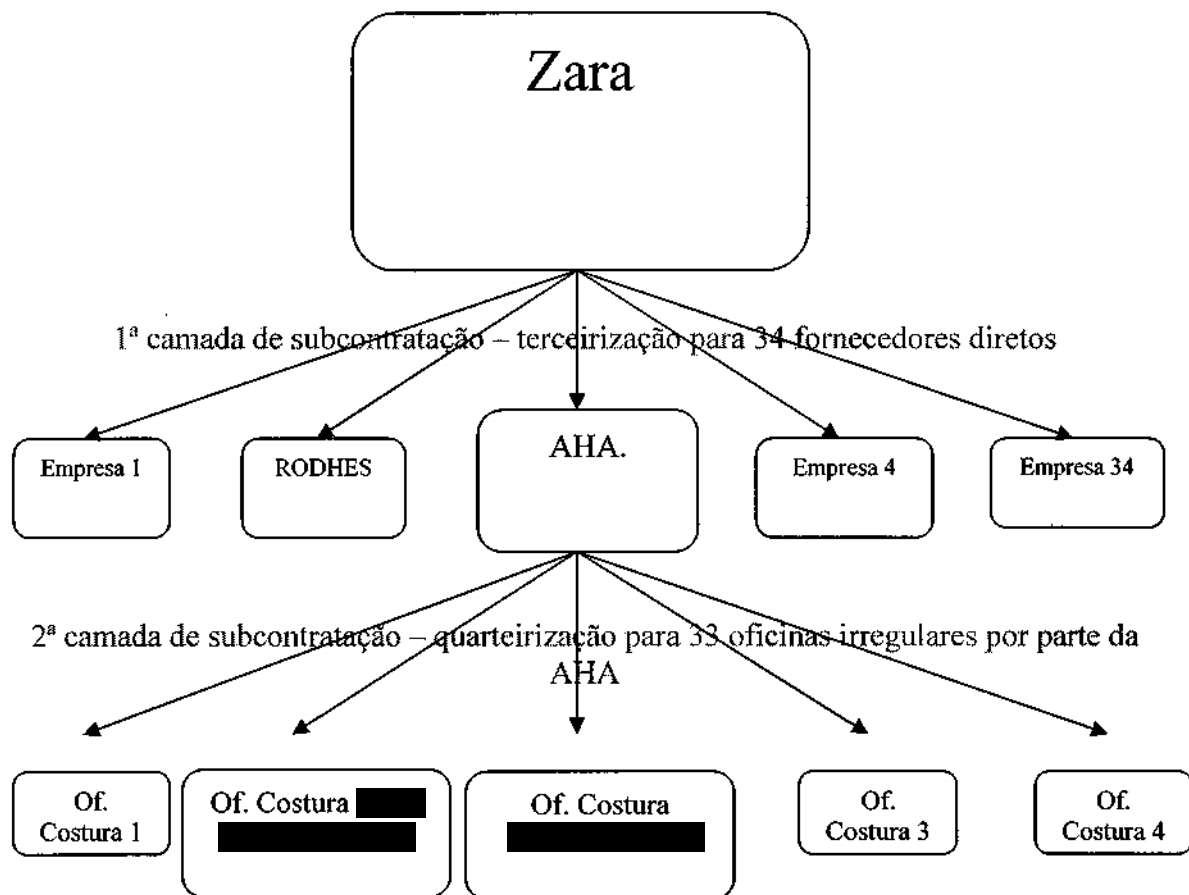
Além dos aspectos relacionados à falta de capacidade produtiva ficou evidente o exercício, por prepostos da ZARA, tanto do gerenciamento da produção quanto de atos típicos de poder diretivo, mediante ordens verbais, fiscalização, controle, e-mails solicitando correção e adequação das peças, controle de qualidade, reuniões de “desenvolvimento”, cobrança de prazos de entrega, etc.

Diante das informações obtidas pela auditoria-fiscal pública realizada nos ambientes de trabalho envolvidos na produção das roupas das marcas “ZARA”, conclui-se que se trata de uma cadeia produtiva em rede, sob responsabilidade direta da empresa ZARA.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

Fluxograma da empresa-rede ZARA:



XXI. PORTE ECONÔMICO DA ZARA

A empresa possui atualmente 1853 empregados próprios, alocados em cada uma de suas 33 filiais espalhadas por todo o país.

A empresa auditada, ZARA, é inteiramente responsável pela situação encontrada. O emaranhado em rede das empresas formais, informais, e pessoas físicas envolvidas na cadeia produtiva é de inteiro conhecimento e aprovação da empresa autuada. A empresa autuada, na verdade, comanda esse emaranhado, exercendo sobre



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

essas pessoas físicas e jurídicas seu poder de direção e ingerência, de diversas formas sempre no sentido de adequar a produção de peças de vestuário à sua demanda, a seu preço e à sua clientela. Investe em uma marca forte, de grande valor comercial, indicando um fundo de comércio baseado na marca e no estilo que vende. Impõe esse estilo a seus fornecedores, que são total ou quase totalmente dependentes economicamente dela, constituindo-se, na verdade, em meros intermediadores de mão de obra barata e precarizada.

Tais pseudo empresas interpostas, chamadas pela autuada de fornecedoras, são, na realidade, células de produção de uma mesma unidade produtiva, todas interligadas em rede, e sob a direção e controle da ZARA.

Em reunião com o advogado da empresa, [REDACTED], em 27 de julho de 2011, após a operação que flagrou as oficinas irregulares trabalhando com exclusividade para a ZARA, para discutir medidas de caráter emergencial relativas aos trabalhadores resgatados da oficina, este afirmou que não reconhecia a responsabilidade da ZARA pelos trabalhadores encontrados em situação degradante, tendo em vista que a empresa se apresenta tão-somente como COMPRADORA de peças de vestuário de um FORNECEDOR absolutamente independente e autônomo. E que a Zara, antes de selecionar um fornecedor, realiza uma criteriosa análise da capacidade produtiva do mesmo. Restou claro a esta Auditoria que o fornecedor auditado não possuía costureiros ou máquinas de costura em número compatível com a demanda exigida pela Zara. Também restou claro que os “contratos de fornecimento de mercadorias”, em verdade, prestam-se a mascarar o dirigismo da empresa quanto a todos os aspectos relevantes do processo produtivo das peças de vestuário que virá a comercializar, demandando forte gestão de fornecedores: levantamento de tendências, padronagens, estilos, desenhos das peças, sazonalidade, prazos para confecção, entrega e comercialização (logística), pré-definição de preços, número de peças, controle de qualidade, etc. A definição de padrão envolve todos os detalhes da peça e constitui o “Padrão Zara”. Os contratos de fornecimento com as confecções fornecedoras acobertam nítida relação de emprego entre todos os obreiros das empresas interpostas e a empresa autuada.

**XXII. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA DA AHA E OFICINAS COM
RELAÇÃO À ZARA:**

Além da falta de capacidade técnica e produtiva, resta claro que a empresa AHA não possui a autonomia empresarial para figurar como FORNECEDOR



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

INDEPENDENTE DA ZARA, como quiseram fazer crer a esta fiscalização os representantes da Zara Brasil Ltda..

Também ficou evidente que não procede a assertiva de que a ZARA tão-somente COMPRA ROUPAS NO ATACADO, peças estas pretensamente produzidas de maneira autônoma por seus FORNECEDORES. Tudo o que diz respeito ao processo de criação e produção dessas peças é ditado pela ZARA, que não esconde que é uma rede que define e comercializa um estilo de moda.

Após toda a análise dos locais de trabalho, das entrevistas realizadas e dos documentos auditados, concluímos tratar-se de uma rede de empresas a fundamentar a subordinação reticular. As oficinas de Costura gerenciadas por [REDACTED] prestam serviços de costura, EM CARÁTER EXCLUSIVO, com mão-de-obra submetida a condições semelhantes às de escravos, para a marca da ZARA, simulando-se contratos de fornecimento, mas que na verdade, servem para encobrir a ingerência empresarial da atuada em sua cadeia produtiva.

Nesse sentido tem-se orientado a jurisprudência dos tribunais especializados ao tratar da subordinação reticular, existente entre empregados de empresas "terceiras" e as tomadoras principais dos serviços daquelas:

TRIBUNAL: 3ª Região

DECISÃO: 15 10 2008

TIPO: RO NUM: 01770 ANO: 2007

NÚMERO ÚNICO PROC: RO - 01770-2007-044-03-00-2

TURMA: Quarta Turma

Inteiro Teor

FONTE

DJMG DATA: 25-10-2008 PG: 16

PARTES

RECORRENTE(S): [REDACTED]

RECORRIDO(S): Rede Eletrosom Ltda.

RELATOR

Convocado [REDACTED]

EMENTA

EMENTA: MONTAGEM DE MÓVEIS - VÍNCULO DE EMPREGO - SUBORDINAÇÃO RETICULAR - EXTERNALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ESSENCIAIS EMPREENDIDAS - REESTRUTURAÇÃO DA PRODUÇÃO E



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

PODER EMPREGATÍCIO - A nova organização produtiva concebeu a empresa-rede que se irradia por meio de um processo aparentemente paradoxal, de expansão e fragmentação, que, por seu turno, tem necessidade de desenvolver uma nova forma correlata de subordinação **reticular**. O poder de organização dos fatores da produção é, sobretudo, poder, e inclusive poder empregatício de ordenação do fator-trabalho. E a todo poder corresponde uma antítese necessária de subordinação, já que não existe poder, enquanto tal, sem uma contrapartida de sujeição. Daí que é decorrência lógica concluir que o primado da realidade produtiva contemporânea impõe reconhecer a latência e o diferimento da subordinação direta, notadamente quando emerge do processado, tal qual in casu, a inserção do trabalhador na realidade produtiva do empregador, impondo o reconhecimento da existência do liame empregatício havido entre as partes quando imprescindível o mister desenvolvido à consecução dos objetivos econômicos empresários

DECISÃO

DECISÃO: A Turma, à unanimidade, conheceu do recurso interposto pelo reclamante, bem como das contra-razões empresárias; no mérito, sem divergência, deu-lhe provimento para, reconhecendo a existência do vínculo compreendido entre as partes no período compreendido entre 17.04.2006 a 25.10.2007, determinar o retorno dos autos à origem para julgamento dos pedidos consecutórios formulados, como se entender de direito.

Essa modalidade de direcionamento das atividades, conduzida pela ZARA por meios diretos e indiretos, ajusta-se ao que a Doutrina e a Jurisprudência Trabalhistas vêm chamando de **SUBORDINAÇÃO ESTRUTURAL**:

Assim, a possibilidade de disposição do trabalho alheio se relativiza como emanção de ordens discricionárias, e se impessoaliza, já que o treinamento do empregado torna-o virtualmente vinculado ao poder hierárquico, que se exprime e se traduz na própria estabilidade do processo produtivo e não mais no cumprimento de ordens diretas emanadas pelo superior hierárquico imediato. (...) Trata-se, pois, de ressignificar ou plurissignificar o conceito de subordinação jurídica, para compreendê-lo de modo dinâmico. Parafraseando o senso comum, a subordinação jurídica emerge não apenas do uso da voz do empregador, do supervisor, ou do capataz. Ela pode se formar na retina dos múltiplos agentes econômicos coordenados pela unidade central, de modo silencioso e aparentemente incolor e até indolor. A subordinação jurídica pode ser então "reticular", também nesse sentido e através de instrumentos jurídicos de associação empresária,



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

onde nenhuma atividade econômica especializada é desenvolvida pelo suposto empregador, que se envolve na produção de um determinado resultado pactuado com a unidade central.⁷

XXIII. DUMPING SOCIAL

O enunciado nº 4, aprovado na 1ª Jornada de Direito Material e Processual na Justiça do Trabalho da Anamatra – Associação Nacional dos Magistrados Trabalhistas define a expressão americana “*dumping social*” da seguinte maneira : “As agressões reincidentes e inescusáveis aos direitos trabalhistas geram um dano à sociedade, pois com tal prática desconsidera-se, propositalmente, a estrutura do Estado social e do próprio modelo capitalista com a obtenção de vantagem indevida perante a concorrência. A prática, portanto, reflete o conhecido “*dumping social*”, motivando a necessária reação do Judiciário trabalhista para corrigi-la. O dano à sociedade configura ato ilícito, por exercício abusivo do direito, já que extrapola limites econômicos e sociais, nos exatos termos dos arts. 186, 187 e 927 do Código Civil. Encontra-se no art. 404, parágrafo único do Código Civil, o fundamento de ordem positiva para impingir ao agressor contumaz uma indenização suplementar, como, aliás, já previam os artigos 652, “d”, e 832, § 1º, da CLT”.

No caso da inspeção fiscal da **ZARA**, verifica-se que o Grupo resiste ao cumprimento dos seus deveres mínimos em relação aos trabalhadores que subcontrata, excluindo-os do mercado formal de trabalho, frustrando-lhes os direitos trabalhistas e previdenciários, entregando-os à própria sorte, após explorar cotidianamente a sua força de trabalho.

Esta forma de super-exploração da força de trabalho, negando aos trabalhadores direitos laborais e previdenciários mínimos, dá-se com intuito de maximizar os lucros, atingindo uma redução do preço dos produtos, caracterizando o *dumping social* e uma vantagem indevida no mercado e levando à concorrência desleal.

Essa conduta, que objetiva a redução dos custos de produção, acaba desestimulando o cumprimento das normas trabalhistas, gerando um círculo vicioso de desrespeito aos direitos sociais, constitucionalmente garantidos.

Além do mais, práticas como essas geram dano à sociedade, configurando exercício abusivo do direito, uma vez que extrapolam os limites econômicos e sociais.

⁷ SUBORDINAÇÃO ESTRUTURAL-RETICULAR: UMA PERSPECTIVA SOBRE A SEGURANÇA JURÍDICA. Marcus Menezes Barberino Mendes. José Eduardo de Resende Chaves Júnior. Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª. Região – n. 176



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO**

**XXIV. DAS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELA EQUIPE DE
AUDITORES FISCAIS DO TRABALHO DA SRTE/SP**

Após a operação que flagrou as oficinas irregulares, a equipe convocou reuniões, nesta Superintendência, para discutir medidas de caráter emergencial relativas aos trabalhadores resgatados da oficina.

NaS reuniões subseqüentes à operação, ocorrida em 27 de julho, estiveram presentes o advogado terceirizado da Zara, e representantes da intermediária AHA., diretores do SIndicato das Costureiras de São Paulo e Osasco, e membros do Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

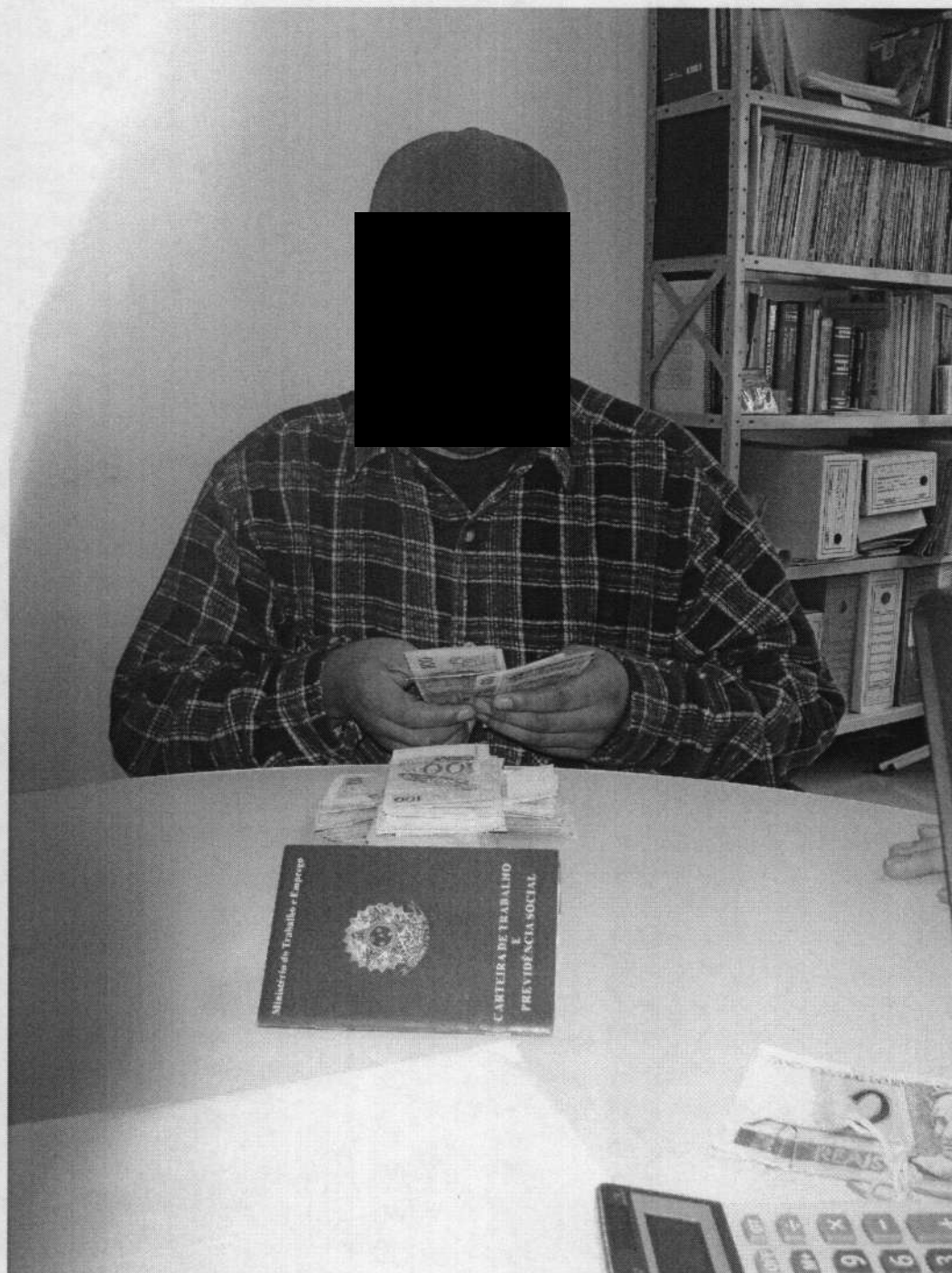
Durante a ação fiscal, a auditoria concluiu ser devido aos trabalhadores o valor de R\$ 140.257,95, a título de verbas salariais em atraso e verbas rescisórias, considerando a promoção de rescisão indireta por culpa do empregador. Apesar de ter a fiscalização lhe imputado a responsabilidade pela situação encontrada, empresa Zara se recusou a assumir compromisso pelos contratos de trabalho, propondo que as anotações e pagamentos fossem feitas em nome da empresa intermediária AHA. Em face da penúria em que se encontravam os trabalhadores, não houve oposição a esta solução emergencial proposta pela empresa, tendo sido formalizado os pagamentos e anotações

O pagamento foi acompanhado por representantes do sindicato das costureiras de São Paulo e Osasco.

Esta equipe promoveu o resgate dos trabalhadores da condição em que se encontravam, ocorrendo a rescisão indireta dos contratos de trabalho (por justa causa, por culpa do empregador), expedição, anotação e devolução das Carteiras de Trabalho, e pagamentos das verbas de natureza rescisória, bem como emissão dos requerimentos de Seguro-Desemprego do Trabalhador Resgatado.



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO**



03/08/2011 – Quitação de verbas, emissão de CTPS e entrega de requerimentos de seguro-desemprego especial aos 15 trabalhadores resgatados.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

XXV. RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA (RSC) NA
REDE ZARA INTERNACIONAL



Etiquetas da marca Zara, em oficina de costura sob gerenciamento de [REDACTED]
Parque Novo Mundo – São Paulo-SP

“5.1. La gestión de la responsabilidad social corporativa en Inditex

Inditex, es una de las pocas compañías nacionales que tienen un comportamiento sostenible en sus acciones que va más allá de la simple filantropía o el mecenazgo. Los principios de la sostenibilidad están presentes en todas las áreas de la empresa, desde la producción de las prendas a su comercialización. (...) *Inditex* fue la primera empresa española en firmar el *Global Compact* (Pacto Mundial). Se trata de un programa diseñado por Naciones Unidas para mejorar e incentivar la responsabilidad social en las grandes empresas del mundo. El programa está basado en diez principios de actuación empresarial en materia de derechos humanos, derechos de los trabajadores, desarrollo y medio ambiente que las empresas se comprometen a promover. Su fin es promover la creación de una ciudadanía corporativa global, que permita la conciliación de los intereses y procesos de la actividad empresarial, con los valores y



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

demandas de la sociedad civil, así como con los proyectos de la ONU, Organizaciones Internacionales sectoriales, sindicatos y ONGs (Pacto Mundial de las Naciones Unidas, 2000). (...) La responsabilidad social de las empresas y, en concreto de las compañías multinacionales del sector textil, adquirió notoriedad pública con motivo de la campaña de alcance mundial denominada Campaña Ropa Limpia (CRL), cuyo origen se remonta al año 1989. Una manifestación frente a unos grandes almacenes en Holanda para denunciar las deplorables condiciones laborales (explotación infantil o el trabajo en régimen de esclavitud) existentes en Filipinas, Asia o Magreb (donde se confeccionaba la ropa que vendían esos almacenes) creció hasta convertirse en esta acción mundial que se centra en la mejora de las condiciones laborales en el sector textil y de material deportivo mundial y que ahora está activa en 12 países europeos. (...) En 2001, *Inditex* inició algunas acciones de responsabilidad social y medioambiental y comenzó a participar en acciones de patrocinio y mecenazgo. En 1995 la empresa estableció su compromiso corporativo con una política empresarial respetuosa del medio ambiente y el desarrollo sostenible, y creó en su estructura un área específica para la gestión de esa responsabilidad. (...) En el año 2001 se aprobó un código de conducta interno "cuyas normas configuran un modelo de responsabilidad corporativa que debía regir la actuación de la compañía en todas las áreas, funcionales y geográficas, de su actuación (Fábrega, 2004: 147). El código se centra en la responsabilidad sobre empleados, socios, proveedores y sociedad. Además, también este año 2001, *Inditex* inició una



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

actuación en el ámbito de la cooperación al desarrollo con proyectos en España, Perú, Venezuela y Marruecos. Sus acciones se concretan en acuerdos de colaboración con organizaciones no gubernamentales y experiencias en el desarrollo de programas sociales en aquellos países donde la compañía actúa, a través de la venta y distribución o en la contratación de proveedores. En 2002 *Inditex* fue incluida en el índice *Dow Jones Sustainability*, que engloba a las empresas con mayor preocupación por los problemas sociales y ambientales. (...) En el año 2003, la compañía recibió el 'Premio a la Ética en el Éxito Empresarial', que conceden *The Economist* y la consultora *Spencer Stuart*. Este premio destaca el esfuerzo llevado a cabo por *Inditex* en áreas como el buen gobierno y la responsabilidad corporativa. Su importe fue donado por la empresa a la *Fundación Entreculturas*. Asimismo, la enseña española ha elaborado un código de conducta específico para fabricantes y talleres externos que es extensivo a los subcontratistas de éstos, que recoge la normativa internacional (Declaración de Derechos Humanos, Convención de Naciones Unidas sobre Derechos de los Menores y de la Organización Internacional del Trabajo), poniendo especial interés en las políticas de retribución y contratación, salud, seguridad en el trabajo, menores y medio ambiente. De este modo, el procedimiento que se sigue es la presentación del programa a la dirección de la fábrica, visitas a las instalaciones, repuestas de los gerentes de fábricas a un cuestionario sobre condiciones laborales y seguridad e higiene, entrevistas personalizadas con el 15% de los empleados seleccionados al azar, y la recopilación de información administrativa del proveedor, identificación de los



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

incumplimientos verificados y establecimiento de un plan correctivo, consensuado con la dirección de las fábricas y sujeto a plazos y verificaciones de su observancia.⁸

XXVI. CONCLUSÕES :

1 - A situação constatada *in loco* nas oficinas de costura inspecionadas configura trabalho análogo ao de escravo, conforme preceituado no artigo 149 do Código Penal Brasileiro e da Convenção nº 29 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, ratificada pelo Decreto Legislativo nº 41.721/1957, em virtude da servidão por dívida, da jornada de trabalho exaustiva e das condições degradantes do meio ambiente de trabalho;

2 - As oficinas inspecionadas são apenas duas das 33 oficinas inidôneas (sem constituição formal no CNPJ, empregados registrados e sem recolhimento do FGTS) contratadas pela AHA para a executar integralmente a atividade de costura - essencial ao desenvolvimento do negócio da ZARA - das peças de roupas produzidas por sua grife. Constatou-se que tais oficinas efetivamente prestaram serviços de costura para a autuada, pelo menos durante o último ano. Importante ressaltar a falta de idoneidade econômico-financeira das oficinas de costura, que não possui nenhum empregado registrado nem tampouco capacidade econômica que possam justificar a viabilidade empresarial da mesma;

3 - A terceirização da "facção" das atividades de costura contratadas pela Zara, principalmente de trabalhadores de nacionalidade boliviana, se dá mediante a terceirização em cascata, que culmina na utilização fraudulenta de operações de "industrialização por conta de terceiros nos moldes do ICMS", visando a ocultar a subordinação reticular ensejadora do vínculo empregatício com os costureiros que assim têm seus direitos trabalhistas frustrados, acarretando ainda a sonegação do FGTS e do INSS;

⁸ **Identidad, responsabilidad y corporate branding en la industria textil española: El caso Zara.** D. FRANCISCO JAVIER CARO GONZÁLEZ y D^a. GLORIA JIMÉNEZ MARÍN
Universidad de Sevilla.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

4 - Conforme demonstrado, os 15 trabalhadores prejudicados foram empregados da empresa Zara. Não obstante, não tiveram o registro do contrato formalizado pela empresa. De acordo com o relatado, a autuada utilizou-se de intermediação ilícita de mão-de-obra, para alocar trabalhadores em atividades permanentes e essenciais ao seu funcionamento, de forma contínua, com pessoalidade e subordinação. Afastada licitude da "terceirização", por aplicação dos artigos 2º, 3º e 9º da CLT;

5 - O baixo valor pago pela Zara, que é repassado aos oficinistas para a costura das roupas de sua grife é causa direta para a perpetuação das condições degradantes e análogas às de escravo a que estão submetidos os trabalhadores ocupados nessas facções, notadamente os de nacionalidade boliviana;

6 - O resultado da auditoria fiscal realizada nos documentos fiscais analisados demonstra que mais de 46.000 peças de roupas foram produzidas no período de 01 de abril a 30 de junho de 2011 nessas circunstâncias, prejudicando vários trabalhadores além dos 15 flagrados pela Fiscalização.

Concluimos o presente relatório constatando a ocorrência de trabalho análogo ao de escravo, sob responsabilidade e em benefício da empresa autuada, nos termos exatos dos autos de infração lavrados e dos fundamentos enumerados no presente relatório.

Pelo recebimento do presente relatório, fica o infrator ciente de que, após decisão administrativa final, que conclua pela subsistência de auto de infração lavrado em decorrência de ação fiscal em que se caracterize a situação de trabalho análogo ao de escravo, seu nome será incluído no Cadastro de Empregadores que tenham Mantido Trabalhadores em Condições Análogas à de Escravo, nos termos da Portaria Interministerial nº 2, de 12 de Maio de 2011 do Ministério do Trabalho e Emprego e Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.

Sugerimos que se remetam cópias do presente relatório para:

- 1) Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego;
- 2) Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região;
- 3) Procuradoria Regional do Trabalho - 2ª Região;
- 4) Procuradoria da República de São Paulo;
- 5) Superintendência da Receita Federal do Brasil em São Paulo;
- 6) Superintendência da Polícia Federal em São Paulo;
- 7) Defensoria Pública da União em São Paulo
- 8) Núcleo de Enfrentamento e Prevenção ao Tráfico de Pessoas da Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania de São Paulo;



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO**

Era o que nos cumpria relatar,

São Paulo, 24 de agosto de 2011.

À consideração superior,

